

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS

LARISSA MORAES PEDROSA

UFCG

A DESNASALIZAÇÃO DE DITONGO NASAL FINAL DE
FORMAS VERBAIS: UM ESTUDO DIACRÔNICO

SUPRA OMNES LUX LUCIS

Campina Grande
2013

LARISSA MORAES PEDROSA

A DESNASALIZAÇÃO DE DITONGO NASAL FINAL DE
FORMAS VERBAIS: UM ESTUDO DIACRÔNICO

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Letras da Unidade Acadêmica de Letras da Universidade Federal de Campina Grande, como exigência da disciplina Redação Científica para obtenção do grau de graduada em Letras, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Auxiliadora Bezerra.

Campina Grande
2013

LARISSA MORAES PEDROSA

A DESNASALIZAÇÃO DE DITONGO NASAL FINAL DE
FORMAS VERBAIS: UM ESTUDO DIACRÔNICO

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Letras da Unidade Acadêmica de Letras da Universidade Federal de Campina Grande, como exigência da disciplina Redação Científica para obtenção do grau de graduada em Letras, sob orientação da Prof.^a Dr.^a. Maria Auxiliadora Bezerra.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Maria Auxiliadora Bezerra (UFCG)
(Orientadora)

Profa. Luciene Maria Patriota (UFCG)
(Arguidora)

Profa. Viviane Moraes de Caldas (UFCG)
(Arguidora)

Trabalho aprovado em: ____ / ____ / 2013.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me abençoar durante esta caminhada e me dar forças para encarar os obstáculos que a vida proporciona.

Aos meus pais, que sempre acreditaram em mim e apoiaram as minhas decisões, investindo com dedicação na minha formação e sendo exemplos de profissionais éticos e dedicados.

Ao meu irmão, Rafael, que, com paciência e amor, torceu por mim para que eu conquistasse mais uma etapa da minha vida.

Aos meus avôs, que serviram de exemplo para mim, por seguirem a profissão de educadores com paixão e empenho.

Aos meus familiares, em especial, minha tia-avó Gizélia Nobrega pelas orações e por sempre torcer pelo meu sucesso e realização profissional. Saudades!

Ao meu namorado, Breno, pelo companheirismo, amor e paciência e por me incentivar nos momentos de desânimo, acreditando sempre em meu potencial.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a. Maria Auxiliadora Bezerra, por todo conhecimento compartilhado, apoio e compreensão durante toda a minha graduação e pelo exemplo de dedicação e paixão à profissão de educadora.

Aos meus amigos do curso de Letras, em especial Amanda, Danielly e Jardiene, que sempre me estenderam a mão quando eu precisei. Obrigada pela cumplicidade e união de todos esses anos.

Aos professores e funcionários da Unidade Acadêmica de Letras, pela contribuição na minha vida acadêmica, em especial ao professor José Mário, que me acompanhou desde o início de minha caminhada no curso e sempre me incentivou nos estudos.

A todos que, de algum modo, contribuíram para a realização de uma etapa importante da minha formação acadêmica.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral verificar de que modo a manifestação linguística que se desvia dos preceitos impostos pela gramática tradicional evidencia uma relação com a língua portuguesa falada outrora em Portugal, que compreende a origem de algumas variações, como a desnasalização de ditongo nasal final de verbos da 3ª pessoa do plural no presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito do indicativo, como também pretérito imperfeito do subjuntivo e infinitivo pessoal. Os objetivos específicos são: descrever a desnasalização do ditongo nasal final nos verbos de 3ª pessoa do plural presente na fala de sujeitos escolarizados de diferentes faixas etárias na região de Campina Grande e demonstrar o caráter dinâmico e social da língua, na medida em que os falantes contribuem para que haja diversidade na língua falada no Brasil. O *corpus* desta pesquisa é formado por documentos históricos antigos e gravações da fala de indivíduos, de um mesmo grupo familiar e de diferentes faixas etárias que moram em Campina Grande – PB, para que pudéssemos verificar as evidências históricas e atuais da desnasalização em formas verbais. Para a realização do estudo de tal *corpus* nos fundamentamos nas contribuições teóricas sobre: a formação da língua portuguesa, demonstrando as diversas influências que recebeu; as variações e mudanças linguísticas, para verificar os fatores que influenciam a diversidade linguística; e os estudos descritivos sobre concordância, uma vez que a perda de nasalização pode provocar ausência de concordância nas orações. Em nossa análise, percebemos que antes da normatização da ortografia a desnasalização em formas verbais já estava presente na língua portuguesa, como ocorreu no período arcaico. Além disso, constatamos que a perda de nasalização em formas verbais pode causar ausência de concordância verbal nas orações, quando realizada em verbos no presente e pretérito imperfeito do indicativo, como também no pretérito imperfeito do subjuntivo e infinitivo pessoal, pois a perda de nasalidade faz com que as formas verbais se manifestem com sua forma de singular. Porém, se esse fenômeno se manifestar em verbos no pretérito perfeito do indicativo, a forma verbal continuará concordando com o sujeito, uma vez que os morfemas modo-temporal e número-pessoal não se apresentam com a forma de singular, mas há a presença de um novo morfema –ru. Os resultados obtidos apontam que as variações linguísticas estão presentes na fala dos indivíduos em ambientes menos monitorados e os falantes, por um processo de menor esforço, tendem a seguir o princípio da economia linguística, simplificando a pronúncia das palavras.

Palavras-chave: Formação da língua portuguesa; Variação linguística; Economia linguística

ABSTRACT

The main purpose of this academic work is to verify that the linguistic manifestation that deviates from the precepts imposed by traditional grammar shows a relationship with the Portuguese language once spoken in Portugal, which covers the origins of some variations, just like final nasal diphthong denasalization of verbs in the 3rd person of plural in present, past perfect, past imperfect indicative, imperfect subjunctive and infinitive personal. The specific purposes are: describe final nasal diphthong denasalization on verbs in the 3rd person of plural inside speech of scholar people from different age groups in Campina Grande area and demonstrate the dynamic and social aspect of the language, since speakers contribute for diversity of the language spoken in Brazil. This research *corpus* is formed by ancient historical documents and people speech recordings of a same familiar group and different age groups of people who live in Campina Grande area, in order to we verify actual and historical evidences of denasalization in verbal forms. For the study of this *corpus* we have considered the theoretical contributions about: formation of the Portuguese language, demonstrating many influences which it have received; language variation and change, to identify factors that influence linguistic diversity; and descriptive studies about concordance, once the loss of nasalization may cause lack of agreement in the sentence. In our analyses, we realized that before the regulation of ortography, denasalization in verbal forms was already present in Portuguese language, just like in archaic times. Besides, we found that the loss of nasalization in verb forms may cause lack of verbal concordance in sentences, when it is realized in the present and in the imperfect past tense of indicative mode, such as in the imperfect past tense of subjunctive mode and personal infinitive, because the lack of nasalization causes the verbal forms manifestation in the singular. However, if this phenomenon is manifested in verbs in the past tense of the indicative, the verbal form will continue to agree with the subject, once the temporal mode and personal numeric morphemes are not presented in the singular, but there is a new morpheme –ru. The results show us that linguistic variations are present in the speech of people in less monitored ambience and speakers, by a process of least effort, tend to follow the principle of linguistic economy, simplifying the pronunciation of words.

Keywords: Formation of the Portuguese language; Language variation; Linguistic economy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. METODOLOGIA.....	10
1.1 Natureza da pesquisa	10
1.2 Geração de dados	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 Formação da língua portuguesa.....	14
2.2 Variação e mudança linguística: do PE ao PB.....	20
2.3 Estudos descritivos sobre concordância verbal.....	26
3. ANÁLISE DE DADOS.....	31
3.1 Análise das evidências históricas da desnasalização de formas verbais.....	31
3.1.1. Evidências da desnasalização quanto ao modo, tempo e conjugação verbal.....	31
3.1.2. Evidências da desnasalização quanto ao aspecto da variação linguística.....	36
3.2 Análise das evidências atuais da desnasalização de formas verbais.....	38
3.2.1. Evidências da desnasalização quanto ao modo, tempo e conjugação verbal.....	38
3.2.2. Evidências da desnasalização quanto ao aspecto da variação linguística.....	44
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país multicultural e, ao compreender uma diversidade de culturas e pessoas, apresenta múltiplas variações na língua portuguesa falada, pois seja por uma gíria, uma expressão regional ou um sotaque, a língua falada nesse país é bastante diversificada. Apesar disso, é comum observar que há pessoas que acreditam que há uma maneira correta de falar a língua portuguesa e que falantes que se comunicam a partir de variedades da língua são vistos como grupos de pessoas mais estigmatizados, que falam erradamente ou que são pouco letrados.

Nesse sentido, a desnasalização final de formas verbais, entre outros exemplos de variação, pode ser considerada um erro na fala para algumas pessoas, pois pode ocasionar uma falta de concordância de número na língua falada. No entanto, Scherre (2005) demonstra que a variedade linguística independe do nível social ou de escolarização dos indivíduos, ao afirmar que “Estudos diversos têm mostrado que, na modalidade falada do português brasileiro, a concordância de número plural nem sempre ocorre. Mesmo pessoas escolarizadas deixam de colocar todas as marcas formais de plural em construções diversas.” (SCHERRE, 2005, p. 19-20).

A ausência de concordância de número plural está, assim, presente em algumas variações da fala do português brasileiro e, ao observarem essa ocorrência linguística, alguns teóricos, como Naro & Scherre (2007) e Hora & Espínola (2004), apresentam estudos que comprovam que a falta da marca de plural tem relação com a fala popular do português arcaico e que essa variação se dá pela perda de nasalidade no final de formas verbais. Nesse cenário, nossa pesquisa se propõe a responder a seguinte questão: em que contexto ocorre a desnasalização de ditongo nasal final de verbos na 3ª pessoa do plural numa perspectiva diacrônica?

Para responder essa pergunta, apresentamos como objetivo geral verificar de que modo a manifestação linguística que se desvia dos preceitos impostos pela gramática tradicional evidencia uma relação com a língua portuguesa falada outrora em Portugal, que compreende a origem de algumas variações, como a desnasalização de ditongo nasal final de verbos na 3ª pessoa do plural. E temos como objetivos específicos:

- ✓ Mostrar a ocorrência, no português medieval, da desnasalização de ditongo nasal final em verbos de 3ª pessoa do plural;

- ✓ Descrever a desnasalização do ditongo nasal final nas formas verbais de 3ª pessoa do plural presente na fala de sujeitos escolarizados de diferentes faixas etárias na região de Campina Grande;
- ✓ Demonstrar o caráter dinâmico e social da língua, na medida em que os falantes contribuem para que haja diversidade na língua falada no Brasil.

Muitos são os estudos que abordam as variações linguísticas, mas na maioria das vezes do ponto de vista sincrônico, observando o estado atual dessas variedades. É interessante verificar que o que é, geralmente, considerado um erro gramatical tem explicação no processo evolutivo da língua. Assim, partindo de um estudo diacrônico podemos perceber que muitas variações linguísticas mantêm relação com a formação da língua portuguesa.

A análise da ocorrência da desnasalização do ditongo nasal final nas formas verbais de 3ª pessoa do plural e o levantamento do estudo sobre a variação linguística contribuirão para verificar que a variação é inerente aos falantes da língua e que é cada vez mais comum ouvirmos formas verbais que não estão de acordo com a norma padrão, portanto, são consideradas incorretas.

Além disso, os falantes de português usam a língua de forma a atender as suas necessidades comunicativas e, ao se comunicarem, fazem, não deliberadamente, as alterações para que haja mais informação em menos tempo. Em outras palavras, o princípio de que a comunicação pode se estabelecer poupando palavras e energia acompanha todos os falantes da língua. E ao lermos documentos da língua portuguesa do período arcaico é possível observarmos que a falta de concordância de número já era detectada na fala dos sujeitos. Então, ao fazer um estudo diacrônico, podemos compreender as mudanças na língua.

Com o intuito de nos aproximarmos dessas mudanças, produzimos esta monografia que está estruturada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo traçamos os procedimentos para a elaboração de nossa pesquisa, fundamentada no paradigma qualitativo. Este capítulo traz a descrição do corpus e da coleta de dados que foram utilizados em nossa pesquisa.

O segundo capítulo comporta a Fundamentação Teórica de nosso trabalho em que resenhamos e discutimos as teorias que norteiam o nosso estudo e que são significativas para a execução de nossa análise de dados. Esse capítulo está subdividido em três tópicos: o primeiro (Formação da língua portuguesa) apresenta um breve histórico da formação dessa língua demonstrando as diversas influências que recebeu; o segundo (Variação e mudança linguística: do PE ao PB) expõe estudos que discutem as variações que podem ocorrer na fala

dos indivíduos e seus fatores determinantes, para demonstrar que variações que ocorrem hoje podem ocasionar uma futura mudança na língua; o terceiro (Estudos descritivos sobre concordância) traz contribuições sobre o estudo acerca da desnasalização em final de formas verbais pode acarretar uma concordância verbal variável na língua falada do português brasileiro.

No terceiro capítulo há uma análise das evidências de desnasalização em final de formas verbais tanto em trechos escritos selecionados de documentos do português arcaico quanto na língua falada informal de um determinado grupo familiar.

Em seguida, se encontram nossas considerações finais que sintetizam as contribuições das variações linguísticas, a partir de uma perspectiva diacrônica, para os estudos da língua.

CAPÍTULO I

1. METODOLOGIA

1.1. Natureza da pesquisa

Esta pesquisa se inclui no paradigma qualitativo de investigação, uma vez que nos propomos a entender a natureza de uma questão e interpretar a ocorrência da variação linguística de alterações fonéticas em determinados contextos. Conforme Strauss & Corbin (2008, p. 52), o paradigma qualitativo procura fazer “uma declaração que identifica o fenômeno a ser estudado. Ela diz aos leitores especificamente o que o pesquisador quer saber sobre o assunto”. Ao identificarmos um fenômeno, estaremos descrevendo-o, para, assim, fazer as observações necessárias ao seu objeto de estudo.

Rodrigues (2006, p. 90) assegura que em pesquisas com abordagem qualitativa podem ser destacados “aspectos psicológicos, opiniões, comportamentos, atitudes de indivíduos ou de grupos”. Nossa pesquisa buscou descrever como se comporta a fala de indivíduos inseridos em um grupo familiar verificando, portanto, o comportamento das falas dos sujeitos em um ambiente específico, para, assim, interpretar os dados e relacionar com a teoria lida.

Dentro desse paradigma qualitativo, realizamos uma pesquisa descritivo-interpretativista, pois, de acordo com Andrade (1995), ao descrever uma pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados. Rodrigues (2006, p. 90) evidencia que o pesquisador “constata e avalia as relações à medida que as variáveis se manifestam espontaneamente”, ou seja, nesse tipo de pesquisa há a descrição de um fenômeno sem que haja interferência do pesquisador.

Tendo em vista que nosso estudo pretende demonstrar que há uma evidência histórica para os usos atuais da língua, fizemos uma compilação de documentos do português arcaico e uma observação sistemática a partir de gravações atuais de falas informais que nos mostrem a presença da variação em final de formas verbais. Assim, interpretamos as relações entre o estudo evolutivo da língua e os fatos linguísticos que se manifestam nos dias atuais.

1.2. Geração de dados

Considerando que esta se trata de uma pesquisa descritivo-interpretativista, o material observado, registrado e analisado foi compilado através de uma pesquisa bibliográfica e por gravações da fala de indivíduos, de um mesmo grupo familiar e de diferentes faixas etárias que moram em Campina Grande – PB. Por meio da pesquisa bibliográfica, recolhemos e analisamos informações sobre estudos da variação de formas finais verbais, a partir da contribuição de diferentes autores como Naro & Scherre (2007) e Hora & Espínola (2004) e, também, a partir de documentos históricos.

Os documentos analisados em nossa pesquisa, encontrados tanto em textos impressos quanto em documentos virtuais disponíveis na *web*, são constituídos por textos escritos entre os séculos XII e XV, que constituem o período arcaico da língua portuguesa. Um dos materiais de pesquisa foi a *Revista galega de filoloxía* que apresenta cerca de 384 documentos notariais, produzidos entre os séculos XII e XIII dos quais há 346 documentos escritos em galego-português¹ que foram investigados para verificar a ocorrência da desnasalização de formas verbais. Verificamos, também, a variação linguística presente em textos do século XIV ou XV no livro *Textos Archaicos*. Além disso, encontramos exemplos no trabalho de Silveira Bueno (1967), livro intitulado *A formação histórica da língua portuguesa*, e no livro de Naro & Scherre (2007), intitulado *Garimpo das origens do português brasileiro*.

Para melhor visualização desses dados de análise, segue abaixo o Quadro I que descreve os dados dos textos medievais utilizados para a elaboração de nossa análise:

¹ O galego-português foi o estágio da língua que antecedeu o português clássico durante a Idade Média. Além disso, conservava algumas características advindas do latim popular e apresentava características próprias do português. Como será visto na fundamentação teórica deste trabalho, essa língua se separou entre o galego e o português, por motivo de conquista territorial.

Quadro I – Descrição do material histórico que constitui o corpus de análise desta monografia

Nome	Data	Origem
Revista galega de filoloxía	Séculos XII e XIII	Área de filoloxía Galega e Portuguesa – Universidade de Coruña
Textos Archaicos	Séculos XIV ou XV	Livro de J. Leite de Vasconcellos (1907). 2ª ed. Lisboa.
A formação histórica da língua português	Período arcaico – até o século XV	Excertos no Livro de Silveira Bueno (1967). 3ª ed. São Paulo
Origens do português brasileiro	Textos do período pré-clássico – até o século XV	Excertos dos trabalhos de Mira Mateus (1970) e Magne (1955) encontrados no livro de Naro & Scherre (2007)

Além do material documental, foram gravadas conversas aleatórias e informais em ambiente familiar, a fim de que fossem verificadas alterações fonéticas em finais de formas verbais nas falas espontâneas de pessoas com idades diferentes. As gravações foram transcritas ortograficamente, exceto a ocorrência de verbos desnasalizados foi transcrita de acordo com o Alfabeto Fonético Internacional (AFI), pois o foco de nosso estudo é a variação fonética referente à pronúncia do morfema número-pessoal das formas verbais, que resulta em um som diferente. Assim, é necessário que nosso estudo verifique a articulação fonética desse morfema número-pessoal pelos sujeitos de nossa pesquisa.

Para isso, realizamos gravações de pessoas de uma mesma família a fim de verificar se nesse contexto as variações também ocorrem. Os sujeitos de nossa pesquisa são todos escolarizados, para observarmos que as variações linguísticas não ocorrem apenas em sujeitos com pouca ou nenhuma escolarização, mas que desde o período arcaico variações como essas podem ocorrer nas falas dos indivíduos. Dispomos de, aproximadamente, 57 minutos de gravação, e os falantes selecionados para as gravações possuem intimidade, assim, podem se

comunicar a partir da fala informal. O quadro II abaixo descreve algumas características dos sujeitos da pesquisa:

Quadro II – Descrição dos sujeitos da pesquisa

FALANTES	GÊNERO	FAIXA ETÁRIA	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
F1	Feminino	40 a 49 anos	Superior completo
F2	Masculino	20 a 29 anos	Superior incompleto
F3	Masculino	50 a 59 anos	Superior completo
F4	Feminino	50 a 59 anos	Superior completo
F5	Feminino	Acima de 60 anos	Médio completo

Os documentos escritos e os documentos oriundos da gravação foram analisados à luz da teoria de Ilari & Basso sobre os tipos de variação que podem ocorrer na língua e também a teoria de Naro & Scherre (2007) e Hora & Espínola (2004) que apresentam trabalhos demonstrando que a desnasalização em final de formas verbais pode causar ausência de concordância verbal nas orações. Para isso, verificamos, também, os aspectos morfológicos de cada forma verbal desnasalizada, para que pudéssemos verificar as semelhanças e diferenças entre os verbos do presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito do indicativo, pretérito imperfeito do subjuntivo e infinitivo pessoal. Nossa análise está constituída de dois tópicos abordando especificamente aspectos de desnasalização, e se divide em *análise das evidências históricas da desnasalização de formas verbais* e *análise das evidências atuais de desnasalização de formas verbais*. Cada tópico está subdividido em outros dois que são: *evidências da desnasalização quanto ao tempo, modo e conjugação verbal* e *evidências da desnasalização quanto ao aspecto da variação linguística*.

CAPÍTULO II

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Formação da língua portuguesa

É sabido que a língua portuguesa, língua oficial do Brasil, deriva do latim originalmente falado no Lácio, região do entorno de Roma, conforme explicitado por Coutinho (1976). A partir das conquistas do Império Romano, o latim foi se expandindo pelo mundo e se tornou a língua internacional da cultura até o século XVIII, quando foi substituída pelo francês.

Silva Neto (1988) demonstra que havia variações na língua latina, uma vez que, por exemplo, havia o latim falado pelos mais ricos e outra variação falada pelas camadas mais populares. Assim, esse autor nos mostra que a variação do latim que foi se disseminando pelo mundo até originar a língua portuguesa foi o latim vulgar, na qual Silva Neto (1988) denomina de “língua popular dos Romanos”.

De acordo com Coutinho (1976), o latim vulgar diz respeito ao uso popular da língua latina, ou seja, consiste na variedade de língua falada pela massa analfabeta que apresentava maior informalidade em sua forma.

Em vista disso, vê-se que não foram os intelectuais que levaram o latim clássico para a Península Ibérica, mas, sim, as camadas populares do Império Romano, composta por sujeitos que falavam uma variedade da língua diferente da dos intelectuais, com pouca escolarização, conforme visto em Silveira Bueno (1967). O latim vulgar foi se expandindo pelo mundo, a partir das conquistas territoriais do Império e seus falantes entraram em contato com outros povos, o que colaborou para a mudança na língua latina.

O latim vulgar também se modificou devido às invasões dos povos bárbaros na Península Ibérica. Esses povos compreendiam várias nações como a dos *vândalos*, *suevos* e *visigodos*, e reconheceram o latim como sua língua na região, pois, de acordo com Coutinho (1976, p. 51), esses povos “não tiveram dúvida em admitir a civilização romana e, com ela, o próprio latim, já sensivelmente alterado”. Já no século VIII, os árabes invadiram a Península Ibérica, e, assim, os povos bárbaros adotaram alguns costumes dessa nova civilização, entre eles a língua, que foi adotada como oficial. Entretanto, o latim vulgar continuou a ser falado, mas passou a conter alguns traços da língua árabe devido ao contato entre os povos. Naro &

Scherre (2007, p. 26) constata que os árabes influenciaram não só o latim, mas a língua portuguesa e os costumes do povo português ao afirmarem que, em Portugal, “do século VIII até o século XI, uma parte do país era ocupada por califados árabes e a presença dos árabes continuou durante muito tempo depois da saída de seus governantes”.

Dessa forma, novos territórios e locais foram sendo povoados numa região cujo latim era a única unidade linguística e, assim, houve uma consequente fragmentação dos falares derivados do latim que se transformaram nas línguas românicas, que são o romeno, o italiano, o sardo, o reto-românico, o occitano, o francês, o catalão, o espanhol, o galego e o português (ILARI & BASSO, 2011).

Anos após a invasão dos árabes, no século VIII, na Península Ibérica foram organizadas *cruzadas*, movimentos cristãos que tinham como objetivo libertar o território ibérico, e com isso se constituíram os reinos de *Leão*, *Castela* e *Aragão*. O rei de Leão e Castela ficou muito grato a um nobre homem, D. Henrique, que teve uma participação ilustre no combate aos árabes e lhe deu a mão de sua filha em casamento e a região de *Condado Portucalense*, mais tarde conhecida por Portugal, território desmembrado da Galiza. Em 1143, o filho de D. Henrique, o D. Afonso Henriques, participou de uma batalha e se proclamou rei de Portugal, se separando da região de Castela (COUTINHO, 1976, p. 54). A divisão da região dada pelo rei de Leão e Castela pode ser vista na figura 1 abaixo:



FIG. 1: mapa da península ibérica destacando a região de Portugal antigo

(Fonte: <<http://cambetabangkokmacau.blogspot.com.br/2011/01/saiba-como-nasceu-portugal.html>>)

Na região de Portugal e da Galiza, durante a Idade Média, a língua falada era o galego-português, mas devido a movimentos de reconquista territorial, a capital do Estado português passou a se localizar no sul do país, na cidade de Lisboa, e em decorrência disso houve uma separação entre a língua portuguesa e o galego. Assim, a região de Portugal passou a falar uma língua muito parecida com o galego, mas com o passar dos anos, a partir de um processo lento e gradual, a língua foi se modificando até formar características próprias, mais distantes do galego, conforme comprovado em Coutinho (1976).

Assim como ocorreu com o latim, as demais línguas mudam ao longo do tempo e, de acordo com Ilari & Basso (2011), o português passou a constituir características próprias de acordo com o período histórico em que se encontrava, e o estudo da divisão da língua, a partir de suas mudanças dadas pelo tempo, é conhecido como a periodização. Não há um acordo entre os estudiosos da língua sobre as datas exatas de início e fim dos períodos da língua portuguesa, mas, de modo geral, se identificam três principais: o arcaico, que vai até meados do século XV; o clássico, que vai até o século XVIII; e o moderno que vai do século XVIII até os dias de hoje.

Alguns anos depois, já entre o período arcaico e o clássico, a partir do século XVI, Portugal passou por um período de expansão territorial no qual lançou grandes navegações nos oceanos para desbravar e conquistar novas terras, e, assim, se tornou um país de potência mundial. Deste modo, ao passo que esse país ia se firmando econômica e politicamente em novas regiões, a sua língua vernácula, o português, também foi se expandindo a partir das conquistas ultramarinas. Esse processo ficou conhecido como *lusitanização*, no qual os portugueses tentaram impor sua língua como oficial nas terras conquistadas, ou seja, segundo Ilari & Basso (2011, p. 37), trata-se do “processo através do qual o português foi levado às terras que iam sendo submetidas à Coroa portuguesa”.

O Brasil foi um dos países no qual Portugal se instalou para desbravar e conquistar a terra e seus povos e, assim, o processo de dominação de hábitos e exploração das riquezas da terra foram sendo realizados. No entanto, a tentativa de impor o português como língua oficial, nesse país, ocorreu com certa dificuldade visto que, antes de haver a colonização portuguesa, o Brasil já era habitado por índios e era um espaço multilíngue, pois os nativos dessa terra, ou seja, cada comunidade indígena encontrada, falavam uma língua diferente, e, assim, foram encontradas cerca de 340 línguas (ILARI & BASSO, 2007, p.60).

Ao observar o espírito aventureiro do povo português, no final do século XV, de conquistar novas terras e colonizá-las, podemos relacionar com a romanização do Império

Romano na Península Ibérica que passou por situação semelhante ao dominar novas terras. Conforme a história nos relata, a aceitação do latim como língua oficial na Península Ibérica, durante o período do Império Romano foi tão conturbada quanto o processo de oficialização do português nas terras conquistadas. A população nativa do Brasil resistiu à imposição da cultura dos colonizadores e, para que os religiosos portugueses conseguissem impor sua língua e seus costumes com mais veemência aos índios, foram instituídas *línguas gerais*, que, de acordo com Ilari & Basso (2011, p. 62), correspondem às línguas artificiais criadas a partir de uma mistura do português com as línguas indígenas mais faladas para facilitar a comunicação dos colonizadores com os índios.

As línguas gerais promoveram uma simplificação no contato entre índios e europeus e passaram a ser mais faladas na região brasileira do que o próprio português europeu. Por isso, foi proibido, por meio de decreto, o uso dessas línguas em proveito da língua portuguesa, que deveria ser oficial no país colonizado: “em 1757, um decreto do Marquês de Pombal proibiu seu uso em contexto escolar e impôs o português como língua do ensino na colônia” (ILARI & BASSO, 2011, p. 64).

A população indígena não conseguiu se adaptar à cultura dos portugueses imposta a eles, pois seus costumes foram sendo modificados como determinação da metrópole, e isso resultou num grande número de doenças e ocasionou a redução da população indígena no Brasil. Mas mesmo com a tentativa de extermínio das línguas indígenas, o vocabulário português do Brasil cresceu com heranças linguísticas indígenas que permaneceram na língua desse país, a partir do contato no início da colonização e das línguas gerais. Segundo Ilari & Basso (2011), palavras como *mandioca*, *abacaxi*, *capim*, *piranha*, *jiboia*, *amendoim* entre outras palavras indígenas passaram a fazer parte do léxico brasileiro.

Além dos indígenas, os portugueses tiveram que conviver com a linguagem dos africanos, que foram trazidos em grande número para o Brasil para serem escravizados, de forma que a ocupação territorial foi sendo constituída principalmente de uma população “não-europeia”, como pode ser visto na tabela 1 abaixo:

	1538 - 1600	1601 - 1700	1701 - 1800	1801 - 1850	1851 - 1890
africanos	20%	30%	20%	12%	2%
negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
mulatos	-	10%	19%	34%	42%
brancos brasileiros	-	55%	10%	17%	24%
européus	30%	25%	22%	14%	17%
índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Tabela 1: distribuição populacional por etnias no Brasil

Fonte: Mattos e Silva (2004), *apud* Ilari & Basso, (2006), p. 76.

À vista disso, o português falado no Brasil passou a ser uma língua marcada pela interferência das culturas e línguas africanas e indígenas, como pode ser comprovado abaixo:

Nos movimentos de expansão territorial, e nos grandes ciclos econômicos que os motivaram, sempre foi preponderante a presença de índios, negros e mestiços, falantes de uma língua que não poderia ser o português lusitano, mas somente um português marcado por fortíssimas interferências das línguas indígenas e africanas (ILARI & BASSO, 2011, p. 51).

Na tentativa de fazer com que a cultura dos africanos não fosse expandida pelo Brasil, os portugueses separaram negros da mesma etnia ou língua dividindo-os pelas colônias para que não houvesse comunidades que preservassem seus hábitos e para que eles não se compreendessem e não se rebelassem contra a metrópole. Contudo, os portugueses não foram capazes de evitar o contato de negros com cultura semelhante, pois o tráfico foi aumentando cada vez mais. A cultura e língua portuguesa eram obrigatoriamente impostas, mas, da mesma forma que ocorreu com os índios, alguns costumes e palavras de origem africana influenciaram lexicalmente a língua portuguesa do Brasil, a exemplo de *bengala*, *fubá*, *dengue*, *minhoca* ou *cafuné* (ILARI & BASSO, 2011).

Ademais, a população brasileira também conviveu com outros europeus, que também tentaram colonizar o território brasileiro, como franceses, holandeses e espanhóis que passaram a fazer parte dos habitantes do Brasil. Dessa forma, o português, em nosso país, passou a se diferenciar da língua da metrópole, pois a língua, por ter um caráter social, apresenta variações e conseqüentes mudanças, na medida em que os falantes adequam seu uso aos contextos de interação. Além disso, a partir do contato com outras línguas e culturas, a língua falada no Brasil passou a apresentar características próprias no léxico, em sua fonética, morfologia e sintaxe. Assim, a partir do século XX, a língua falada no Brasil passou a se

constituir como o português brasileiro (doravante PB), e a falada na Europa passou a ser apresentada como o português europeu (doravante PE), como pode ser visto em Ilari & Basso (2011).

Não só por herança de índios, negros e outros europeus que o PB se diferenciou do PE, mas isso ocorreu também desde a chegada dos brancos ao nosso país, pois o processo que aconteceu com o latim na Península Ibérica se repetiu na América. Assim como foram pessoas que falavam um latim vulgar que fizeram parte da expansão romana, foi a população menos letrada composta por comerciantes, analfabetos entre outros, que não seguia o cânone estabelecido do PE, que constituiu os primeiros europeus a se instalarem no Brasil, para povoar este país. Desse modo, uma espécie de “português vulgar” veio para o Brasil contribuindo para a mescla que possuímos hoje no português brasileiro (ELIA, 2003; SILVA NETO, 1977).

A presença de formas populares no português europeu é verificada desde a influência árabe que ocorreu em meados do século VIII, (como já foi dito na página 15) e a linguagem popular do português europeu não pertencia apenas à população menos letrada. A esse respeito, Spina (2008) demonstra que alguns escritores portugueses do século XVI e XVII, pessoas letradas e com acesso à linguagem culta, produziram algumas obras com formas arcaicas e populares da linguagem, apesar da preocupação em seguir os sistemas e moldes da língua que havia na época, conforme podemos ver abaixo:

Ao lado das formas eruditas literárias, continuaram fluentes na sua realidade fônica e morfológica as formas da tradição medieval, embora com sua feição arcaizante e popular. Era o chamado português ‘velho e relho’ pelos autores que protestaram fidelidade ao idioma dos séculos anteriores. (SPINA, 2008, p. 289)

Sobre a herança linguística que Portugal deixou para o Brasil, Paiva (2008) nos mostra que muitas formas linguísticas arcaicas ainda são usadas, ao afirmar que um grande número de palavras e expressões do período arcaico ainda é encontrado nos dias atuais: “Entre muitos verbos bastante irregulares da época arcaica, vários desapareceram e outros chegaram até os dias de hoje, após muitas modificações, processadas entre o século XV e o início do século XVI” (op cit., p. 193). Como exemplo, o autor cita o verbo *estar* que “teve as formas *estê* (esteja), *esteis* ou *estês* (estejais), *estem* (estejam) substituídas por *esteja*, *estejais*, *estejam*, por influência de *seja* do verbo *ser*” (op cit., p. 194)

A escolha da utilização de formas populares na linguagem pode ter sido realizada devido ao aproveitamento da oralidade, que, de acordo com Silveira Bueno (1967), os registros de escrita tentavam se ajustar aos registros de fala. Segundo Pinto (2008, p.525), isso ocorre até os dias atuais, devido à “tentativa de ajustar a ortografia aos traços mais relevantes da oralidade”. Assim, a partir dos documentos escritos daquela época, podemos ter acesso à variedade linguística do período referido, então, podemos perceber que, no período arcaico, a ortografia era fonética.

Observa-se que tanto a língua latina quanto a língua portuguesa europeia receberam influências de outros povos e, assim, surgiram variações na língua, pois diferentes grupos de pessoas passaram a utilizar palavras, expressões ou construções sintáticas distintas para se comunicarem. As línguas não são imunes aos contatos e ao tempo, e por serem variáveis e heterogêneas se faz necessário expor algumas considerações a respeito de variação e mudança para entendermos melhor a diferenciação entre PB ao PE, e isso será melhor explicado no próximo tópico.

2.2. Variação e mudança linguística: do PE ao PB

Como já foi observado no tópico 2.1, o PB se difere do PE em consequência das influências linguísticas de outras culturas no Brasil. Diversas foram as marcas que índios, africanos e europeus deixaram ao PB, visto que a língua, a partir do contato com outras formas de expressão linguística em situações diferentes, pode ativar novas possibilidades léxicas, fonológicas, sintáticas e morfológicas. Nesse sentido, Bagno (2007) assegura que a língua não é imune aos acontecimentos históricos:

Como todo acontecimento, qualquer uso da língua se individualiza por idiosincrasias do locutor e/ou de seu interlocutor, da situação em que se encontram, da cultura de que participam, da época em que vivem. E assim, cada uso da língua envolve um conteúdo e uma forma próprios, produzindo efeitos de forma e de sentido que, mesmo particulares, podem afetar a própria língua. (BAGNO, 2007, p.13)

Ao estudar os fenômenos históricos da língua, verificando as diversas influências que ela recebeu, podemos entendê-la como formas de ação comunicativa entre os locutores que pode apresentar novas possibilidades de acordo com o contexto na qual está inserida, pois para Bagno (2007, p. 57) uma variedade linguística é “o modo de falar a língua característico

de determinado grupo social ou de determinada região geográfica”. Partindo da prerrogativa de que a língua é variável e heterogênea, encontramos várias formas de comunicação no PB que são decorrentes de fatores históricos, regionais, sociais entre outros. Desse modo, podemos encontrar diversos tipos de variação linguística, mas aqui nos deteremos na classificação utilizada por Ilari & Basso (2011) que dividem em variação *diamésica*, *diatópica*, *diacrônica*, e *diatrática*².

Em relação à variação diamésica, Ilari & Basso (2011) afirmam que esta “compreende, antes de mais nada, as profundas diferenças que se observam entre a língua falada e a língua escrita” (p. 181), ou seja, diz respeito à variação que existe na língua quando falantes utilizam meios de expressão distintos como, no caso, ao produzir um texto oral ou escrito.

Travaglia (2006) denomina essa ocorrência como variação de registro e afirma que na língua escrita há uma tendência “para maior regularidade e geralmente maior formalidade que as da língua falada” (op cit., 2006, p. 56). Evidentemente, temos a possibilidade de revisar e corrigir um texto escrito quantas vezes for possível até seu resultado final, contudo, a elaboração de um texto oral já é sua produção final, e os falantes vão reformulando ou ajustando as informações necessárias em seguida. Tanto os textos escritos como os orais podem apresentar informalidade em sua construção, mas isso depende da situação de comunicação no qual o falante está inserido.

A variação diatópica consiste em uma diversidade linguística regional que pode ser demonstrada por pessoas que falam a mesma língua, mas que vivem em regiões diferentes. Esse é o caso da língua portuguesa, que é falada em diversos países, como Portugal e o Brasil, que são duas regiões diferentes que falam uma mesma língua, mas cada uma possui suas especificidades, pois diversas são as diferenças fonológicas, sintáticas e lexicais entre elas. Esses dois países possuem diferenças na pronúncia da língua, na sintaxe e no léxico como, por exemplo, o que no Brasil denominamos de *ônibus*, em Portugal é chamado de *autocarro*, e *banheiro* é conhecido por *casa-de-banho* no PE. Essa variação não ocorre apenas em países diferentes, mas no interior do próprio país. No Brasil podem ser encontradas diferenças linguísticas dependendo da região onde a língua é falada. Inúmeras são as situações de variação em nosso país, e Ilari & Basso (2011) citam, como exemplo, diferenças no plano

² Vale salientar, ainda, que a língua se adequa ao contexto ou situação comunicativa, pois além das quatro dimensões de variação dadas por Ilari & Basso (2011), a linguagem pode se modificar dependendo da idade, do sexo, da formalidade de uma ocasião, ou seja, a variação acontece em função das pessoas que usam a língua (TRAVAGLIA, 2006).

léxico em que uma realidade pode ser expressa por palavras diferentes (ex: macaxeira – aipim – mandioca), ou uma mesma forma pode possuir sentidos diferentes (ex: quitanda, que pode ser uma mercearia, reunião de vendedores, entre outros), como também as características mais evidentes que são as fonológicas (referente à pronúncia, entonação etc) ou morfossintáticas (ex: uso ou omissão de artigos definidos antes de nomes próprios, ou a escolha do uso do *tu* ou *você* como pronome pessoal). Travaglia (2006) aponta que essa variação geográfica pode se dar:

a) pelas influências que cada região sofreu durante sua formação; b) porque os falantes de uma dada região constituem uma comunidade linguística geograficamente limitada em função de estarem polarizados em termos políticos e/ou econômicos e/ou culturais, e desenvolvem então um comportamento linguístico comum que os identifica e distingue. (TRAVAGLIA, 2006, p. 42)

A variação diacrônica corresponde a uma construção linguística que passa a ser comum através do tempo, e, sobre esse ponto, Travaglia (2006) destaca que as diferenças são mais facilmente percebidas pelo registo de língua escrita, que possibilita uma maior clareza no estudo e análise das diferenças históricas por permanecer no tempo. É comum perceber que gírias novas sempre estão surgindo e que expressões utilizadas em gerações passadas não são compreensíveis nos dias de hoje. Para facilitar o conhecimento em relação à variação histórica, Ilari & Basso (2011) dão o exemplo do antigo pronome de tratamento *Vossa Mercê*: a partir de documentos históricos, foi possível comprovar uma variação nessa expressão durante os anos, até que sua construção se modificou e se transformou na palavra *você*, que, em algumas variações do PB, possui a função de pronome pessoal.

O mundo em que vivemos é dinâmico e a sociedade está constantemente modificando seus hábitos e comportamentos, e essas mudanças na sociedade se refletem na língua falada e escrita. Nesse sentido, Travaglia (2006) aponta que a língua está sempre em evolução ao afirmar que no decorrer do tempo ela pode se modificar a partir das “alterações sócio-culturais de cada comunidade linguística” (op, cit., p. 62). Bagno (2007) também expressa que a mudança da língua se deve ao fato de que ela apresenta a realidade dinâmica e multifacetada da sociedade, conforme pode ser observado abaixo:

as mudanças que ocorrem na língua são fruto da ação coletiva de seus falantes, uma ação impulsionada pelas necessidades que esses falantes têm de se comunicar melhor, de dar mais precisão ou expressividade ao que querem

dizer, de enriquecer as palavras já existentes com novos sentidos (principalmente os sentidos figurados, metafóricos), de criar novas palavras para dar uma ideia mais precisa de seus desejos de interação, de modificar as regras gramaticais da língua para que novos modos de pensar e de sentir, novos modos de interpretar a realidade sejam expressos por novos modos de dizer. (BAGNO, 2007, p. 168)

Quando observamos a periodização da história da língua portuguesa (como foi visto no tópico anterior), percebemos que esta surgiu do latim e foi se modificando, se afastando do galego, até se transformar em uma língua particular, o que prova que as línguas variam e, conseqüentemente, mudam.

Sobre isso, Araújo (2005) afirma que a língua portuguesa sempre passou por mudanças que vão refletir em sua estrutura. Isso inclui as modificações fonéticas que ocorrem através do tempo, as quais chamamos de *metaplasmos*, ou seja, variações que surgem na pronúncia de um povo que não falava a língua padrão, ditada como correta.

O autor afirma também que esses metaplasmos podem ser por adição, subtração, permuta ou transposição, e como nosso estudo se volta para a perda da nasalização, focalizaremos aqui apenas os metaplasmos semelhantes a esse fenômeno. Como exemplo, podemos citar o desaparecimento de fonema no final do vocábulo, processo conhecido por *apócope*, em que a palavra *mare*, por exemplo, transformou-se em *mar* pelo desaparecimento do fonema *e*. Um metaplasmo também conhecido é a *síncope*, que diz respeito ao desaparecimento de um fonema no interior de um vocábulo, a exemplo de *amatis* que, após algumas modificações, passou a se manifestar como *amais*. Há também a *monotongação*, a redução de um ditongo a uma vogal como na palavra *fruito* que se modificou para *fruto*, pois o ditongo –ui se reduziu à vogal -u. Outra forma de metaplasmo é a *desnasalização*³, que é a transformação de um fonema nasal em oral, por exemplo na palavra *luna* se transformou em *lua*, a partir da queda do fonema *n*. Dessa forma, percebemos que os metaplasmos são exemplos de que a língua é uma atividade social e que essas alterações se deram, principalmente, na fonética com acréscimo, troca ou queda de fonemas, na fala de pessoas que se expressavam pelo latim vulgar. Portanto, é visto que na formação da língua portuguesa houve muitos casos de mudança na língua que foi refletida a partir da sociedade.

³ Esse processo também ocorre na pronúncia da língua falada brasileira e, para confirmar essa mudança, iremos nos deter no caso de concordância nominal, para verificar a desnasalização que nela ocorre, no próximo tópico que expõe considerações acerca da concordância nominal na língua falada brasileira.

Como pode ser observado, as línguas mudam com o tempo a partir dos falantes, então, de acordo com Bagno (2007), as línguas variam no ponto de vista do espaço, visto que uma palavra pode ser expressa de um modo diferente por algumas pessoas, durante determinado momento, e à medida que o tempo passa essa nova expressão pode ser utilizada pela maioria dos falantes. Com isso, a forma antiga se torna quase desconhecida, e dicionários e gramáticas se aperfeiçoam e incorporam as novas formas de uso da língua. O que hoje soa estranho ou desconhecido, na língua, para algumas pessoas pode se tornar o comum no futuro, como aconteceu com as mudanças da língua latina para a língua portuguesa, e acontece com as diferenças entre o PE e o PB⁴.

Sendo assim, as línguas sofrem alterações com o passar do tempo porque estão em uso. Os falantes continuamente utilizam a língua com a necessidade de se comunicarem se adequando aos seus grupos culturais e, assim, as variações linguísticas ocorrem, mesmo que imperceptíveis. Azeredo (2011, p. 61) concorda que as línguas se modificam a partir dos falantes ao afirmar que estas estão “adequadas aos objetivos interacionais de seus usuários, e permanentemente adaptáveis às novas necessidades de expressão da comunidade”.

Ilari & Basso (2011) ainda citam outro tipo de variação, que diz respeito à diferença entre o português falado por pessoas mais escolarizadas e pelas que possuem pouca ou nenhuma escolarização que é a variação diastrática. Os autores afirmam que na escrita a comunicação se realiza mais eficazmente do que em uma situação de comunicação oral, por seguir as construções gramaticais aprendidas nas escolas. Dentre as variedades que podem ocorrer na fala de sujeitos menos escolarizados do PB, Castilho (1985) cita as mais relevantes, como pode ser visto abaixo:

Fonética:

- queda ou nasalização da vogal átona inicial: *incelença* por *excelência*;
- queda de material fonético posterior à vogal tônica: *figo* por *fígado*, *Cíço* por *Cícero*, *centimo* por *centímetro*;
- perda da distinção entre vogal e ditongo antes de palatal: *pexe* por *peixe*;
- monotongação de ditongos crescentes em posição final: *sustança* por *substância*;

⁴ Para confirmar essa mudança, vamos nos deter no caso de concordância, no próximo tópico, e verificar o que é que ainda se faz e o que não se faz mais em relação à concordância na LP do Brasil, e isso é uma demonstração de que ela está, cada vez mais, se distanciando de Portugal.

- uso de [j] por [λ]: [‘fojɐ] em vez de [‘folɐ];

Morfologia:

- perda do –s da desinência da primeira pessoa plural: *nóis cantamo, nóis cantemo* por *nós cantamos*;
- anteposição do advérbio de comparação a adjetivos que já são comparativos: *mais mió* em vez de *melhor*;

Sintaxe:

- uso de uma única marca de plural nos sintagmas nominais complexos e ausência de marca de concordância na 3ª pessoa do plural do verbo, particularmente com sujeito posposto (*os doce mais bonito são/é para as visita. Quando chegou os bombeiro já não tinha mais nada pra fazer*);
- negação redundante com indefinidos negativos (*ninguém não sabia*);
- aparecimento de um segundo advérbio de negação depois do verbo e eventual queda do advérbio de negação anteposto: *não vem não* ou *vem não*;
- a oração relativa adota as construções conhecidas como cortadora ou copiadora: *a casa que eu morei* ou *a casa que eu morei nela* (em vez da construção padrão *a casa em que eu morei*);
- uso dos pronomes do caso reto na posição de objeto: *eu vi ele, a mulher xingou eu*.

Como pode ser visto acima, Ilari & Basso (2011) consideram que as variações de ausência de concordância fazem parte de uma das características referentes à variedade sintática na língua falada do PB. O presente trabalho se detém a observar a manifestação linguística de desnasalização em formas verbais que, por vezes, pode compreender algumas variações de concordância verbal, portanto, no tópico a seguir descrevemos os estudos descritivos alusivos à concordância verbal.

2.3. Estudos descritivos sobre concordância

Assim como já foi explicitado nos objetivos da pesquisa, nosso estudo buscará descrever a ocorrência da desnasalização do ditongo nasal final nos verbos de 3ª pessoa do plural do presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito do indicativo, pretérito imperfeito do subjuntivo e infinitivo pessoal. Esse fenômeno pode provocar variação na concordância

verbal de algumas formas verbais, visto que verbos no plural podem passar a se apresentar no singular (NARO & SCHERRE, 2007). Desse modo, o nosso foco principal corresponde aos estudos da concordância verbal, para que possamos compreender as diferentes manifestações linguísticas que podem ocorrer na língua falada.

A concordância é um processo linguístico que se encontra no eixo da sintaxe e, segundo Bechara (2009), se dá pelo conhecimento de que uma palavra deve se adaptar ao gênero, número e pessoa de determinado termo, ou seja, trata-se de uma harmonia que deve haver entre as palavras de uma sentença. Nesse sentido, Trask (2004) define concordância como o princípio de que, em uma sentença, deve haver conformidade entre seus termos, isto é, a concordância corresponde ao “(...) fenômeno gramatical no qual a forma de uma palavra numa sentença é determinada pela forma de outra palavra com a qual tem alguma ligação gramatical” (p. 61).

Nicola (1997, p. 374) aponta que há uma dificuldade, entre os autores, para estabelecer a definição de concordância, mas os casos que geram dúvidas ocorrem quando a concordância é realizada pelo sentido das palavras em uma oração e não pela forma gramatical dos sujeitos, e isso não é considerado um erro na gramática. Rocha Lima (1985, p. 374) também assegura que pode haver irregularidades na concordância devido ao conflito entre a rigidez gramatical e a imaginação dos falantes, ao afirmar que há “condições em que se despreza o critério da forma e, atendendo apenas à ideia representada pela palavra, se faz a concordância com aquilo que tem em mente”.

De acordo com os estudos tradicionais, a concordância pode ser *nominal* ou *verbal*. Para Bechara (2009, p. 543) a nominal diz respeito à concordância “que se verifica em gênero e número entre o adjetivo e o pronome (adjetivo), o artigo, o numeral ou o particípio (palavras determinantes) e o substantivo ou pronome (palavras determinadas) a que se referem”. Ainda para esse autor, a verbal se refere à concordância que deve haver entre o sujeito (e às vezes o predicativo) e o verbo da oração.

Para Rocha Lima (1985, p. 353 - 354) existem duas regras básicas para o uso da concordância verbal na gramática brasileira: a primeira se refere ao fato de que quando houver um só núcleo de sujeito, em uma oração, o verbo deve concordar em pessoa e em número; a segunda regra impõe que quando houver mais de um núcleo do sujeito, o verbo deve ir para o plural e para a pessoa que tiver primazia na seguinte escala, a 1ª pessoa prefere todas as outras, caso não figure a 1ª pessoa a precedência cabe à 2ª, e na ausência de uma e outra, o verbo assume a forma da 3ª pessoa.

Segundo Castilho (2012), a concordância verbal pode ser em pessoa ou em número sendo esta segunda evidência mais encontrada no PB. Esse autor ainda descreve que o PB é uma língua muito instável em que sempre são encontradas variações de formas diversas, e a concordância, mesmo havendo regras categóricas para seu funcionamento em uma frase (estabelecer equilíbrio de número e pessoa entre as palavras de uma sentença), também pode variar, dado ao fato de que a língua é um instrumento de comunicação desdobrável e dinâmico, assim como foi exposto no tópico anterior.

Assim como Castilho (2012), Hora & Espínola (2004) também descrevem que, apesar das normas estabelecidas pelas gramáticas que ditam que os falantes devem realizar a concordância de número entre sujeito e verbo de uma sentença, o fenômeno da “não-concordância” aparece constantemente no uso da língua.

Considerando que a língua é dinâmica e heterogênea, conforme visto nos primeiros tópicos dessa fundamentação, Naro & Scherre (2007) seguem a prerrogativa de que a concordância verbal de número do português falado no Brasil é variável e afirmam que este fenômeno se realiza por uma alteração fonológica e, também morfológica, e citam como exemplo o plural da palavra *comeram* que pode se reduzir ao singular *comeu* pela redução fonológica e, também, morfológica.

A língua permite que o falante escolha diferentes construções linguísticas em diversos contextos, e isso propicia a existência de uma maior variação da língua falada e que se distancia das regras gramaticais. Dessa forma, alguns estudos reconhecem a flexibilidade da língua e comprovam que a variação da concordância verbal é comumente encontrada no PB. Em vista disso, Hora & Espínola (2004) afirmam que a gramática tradicional pode ser incoerente ao definir a concordância verbal como o acordo entre o verbo e o sujeito em uma sentença, pois a ausência disso não irá tornar um texto incompreensível. Assim, mesmo que haja “discordância” verbal na língua, os falantes de uma comunidade linguística conseguem se entender claramente.

Naro & Scherre (2007) descrevem que as diferenças encontradas no PB independem dos contextos em que a língua é utilizada, pois esse fato é comum em toda comunidade de fala brasileira. Além disso, esses autores apresentam três exemplos dessa diversidade que pode ser encontrada em nosso país, que são a *concordância variável de número verbo/sujeito* (ex: “eles ganham demais” aparece como “eles *ganha* demais”); a *concordância variável de número entre os elementos do sintagma nominal* (ex: “as codornas” aparece como “as *codorna*”) e a *concordância variável de número no sintagma predicativo* (ex: “as coisas estão

caras” aparece como “as coisa *tá cara*”). Dessa forma, nossa pesquisa pretende demonstrar a concordância variável de número verbo/sujeito, uma vez que nessa variação pode ocorrer a desnasalização de ditongo nasal final de formas verbais.

Nos tópicos anteriores vimos que o Brasil recebeu diversas influências culturais e linguísticas que motivaram a língua escrita e falada do PB a possuir novas possibilidades léxicas, fonológicas, sintáticas e morfológicas. No entanto, Naro & Scherre (2007) observaram, em seus estudos, que a tendência de haver, na fala do PB, uma redução fonológica (a desnasalização) no uso da concordância verbal não é resultado da enorme influência linguística indígena e africana que nosso país herdou, mas esse fato linguístico deriva da fala popular de Portugal, conforme pode ser visto abaixo:

De fato, essa primeira etapa – a desnasalização – existe na fala popular de Portugal, principalmente na região de Entre-Douro-e-Minho, onde, segundo Leite de Vasconcellos (1987/1901: 87), a regra atua tanto em nomes (virgem como birge) como em verbos (vertem como béрте). Temos aí uma origem europeia da redução da concordância verbal, sem qualquer influência exterior necessária, africana ou ameríndia. (NARO & SCHERRE, 2007, p. 33).

Sendo assim, é observado que para Naro & Scherre (2007) o fenômeno da mudança linguística na concordância verbal pode se dar pelo processo de desnasalização que ocorria desde os tempos pré-clássicos em Portugal. Esses autores afirmam que as mudanças que ocorrem na língua se iniciam a partir da oralidade e, como vimos que a desnasalização é um fenômeno de modificações fonéticas, essas mudanças permitiram que houvesse, também, uma ausência de concordância na fala do povo, o que torna esses dois processos interligados. Para comprovar esse fato, esses autores analisaram oito textos antigos, durante o período clássico do século XVI, e mostraram que neles foram encontradas 200 ocorrências de formas verbais de terceira pessoa do singular em contextos em que a norma prescreve que sejam utilizadas formas plurais de terceira pessoa. A seguir seguem alguns exemplos dessas ocorrências expostas nos trabalhos desses autores:

(3) *Entom os parentes OUVE (3ª sg.) conselho e confessaron (3ª pl.)* (Mattos e Silva, 1971, 35)

(4) *aqueles que, da gente d'Alexandria, REINO (3ª sg.) no Egipto* (Mira Mateus, 1970: 554)

(Naro & Scherre, 2007, p. 58 – 59)

Naro & Scherre (2007) mostram que os exemplos (3) e (4) demonstram a ausência de nasalização final indicadora de plural nas palavras “ouve” e “reinou”, respectivamente, que, de acordo com as normas gramaticais, deveriam estar como “houveram” e “reinaram”, respectivamente, e os autores ainda afirmam que podemos encontrar esses exemplos na fala do português moderno brasileiro, porém não são muito comuns.

Em um trabalho de pesquisa sobre a sintaxe utilizada no período arcaico, Silveira Bueno (1967) fez um estudo sobre palavras e expressões que já (ou não totalmente) sumiram do uso atual da língua, e afirmou que a língua escrita e falada que não fosse usual no português moderno seria considerada arcaica. Desta forma, o autor observou alguns casos especiais de concordância que aconteciam no português antigo, a exemplo do uso de sujeito composto e posposto ao verbo em que os verbos apareciam no singular quando deveriam estar no plural, como em “E por esta gusa *morreu* o lobo e a raposa (Frab. 32)” (op cit, p. 205). Nessa oração a forma verbal *morreu* aparece no singular e não concorda com o sujeito composto *o lobo e a raposa*.

Hora & Espínola (2004), ao fazerem uma resenha de Silveira (1964) e Melo (1946), também afirmam que a falta de concordância verbal ocorria na fala popular do português arcaico e esse fato linguístico é comumente encontrado no PB, devido às influências sociais que nosso país recebeu. À vista disso, os autores pontuam que a concordância verbal aparece no Brasil como uma regra sintática variável, pois, em nosso país, são encontradas formas dessa concordância que diferem do prescrito pela gramática normativa.

A concordância verbal pode ser um fenômeno variável independente de época ou região, pois, assim como aconteceu no período arcaico em Portugal, ainda há ocorrências no português moderno do Brasil e também de Portugal. Essa variação se realiza com semelhanças nas transformações fonéticas tanto no período arcaico, quanto no período moderno da língua portuguesa, pois é observado que muitos traços linguísticos ainda permanecem.

Ao se basear em Guy (1981), Hora & Espínola (2004, p. 221) demonstram que a ausência de concordância de número ocorre, na língua portuguesa, “quando há um apagamento da sibilante final ou uma desnasalização das vogais finais”. Essa variação encontrada demonstra que uma sentença pode ser produzida com o sujeito no plural e o verbo no singular. Hora & Espínola (2004) ainda mencionam que o marcador de plural na 3ª pessoa é determinado pela nasalização da sílaba final, que é acompanhada por uma ditongação. Para exemplificar que a mudança na concordância verbal se dá pela desnasalização de ditongo

nasal final em verbos de 3ª pessoa do plural, esses autores apresentam que palavras terminadas em *-em* podem aparecer como [i] em: *falem* [falêy] ou [fali]; e palavras que terminam em *-am* podem ser realizadas como [u] como em *mataram* que pode tanto aparecer com a forma [matarãw] ou [mataru].

Ainda valendo-se das contribuições de Guy (1981), Hora & Espínola (2004) concluem que a ausência de concordância verbal pode ocorrer tanto pela falta de aplicação da marca dessa concordância, quanto pelo efeito de desnasalização sobre a forma verbal.

Os estudos descritivos desses autores demonstram, portanto, que a variação da concordância é comumente encontrada em nosso país, e esta se dá, frequentemente, pela desnasalização de ditongo nasal final em verbos de 3ª pessoa do plural, e que os primeiros fenômenos dessa ocorrência vieram da fala popular do português arcaico, o que comprova que a variação encontrada hoje no Brasil evidencia uma relação com língua falada em Portugal de séculos atrás, como foi constatado por Naro & Scherre (2007):

o português moderno do Brasil é o resultado natural da deriva secular inerente na língua trazida de Portugal, indubitavelmente exagerada no Brasil pela exuberância do contato de adultos, falantes de línguas das mais diversas origens, e pela nativização desta língua pelas comunidades formadas por estes falantes. (NARO & SCHERRE, 2007, p. 69)

Sendo assim, consideramos que os primeiros falantes do português brasileiro foram adultos e tiveram contato com estrangeiros também adultos (os indígenas e, posteriormente, os africanos). Essas pessoas já tinham suas línguas consolidadas e falavam uma variedade não-formal, com isso, esses falantes adultos de línguas variadas contribuíram para que a ausência de concordância se instalasse e tivesse uma presença tão marcante, que Naro & Scherre (2007) consideram uma exuberância.

CAPÍTULO III

3. ANÁLISE DE DADOS

Este capítulo apresenta as análises descritivas realizadas a respeito de nosso objeto de estudo. Para melhor demonstrar a relação que há entre a forma verbal de 3ª pessoa do plural desnasalizada do português medieval e de variações linguísticas do português brasileiro atual, organizamos este capítulo em dois tópicos: um que aborda a desnasalização da forma verbal, considerando modo, tempo e conjugação verbais do PE; e outro que explora essa desnasalização em ocorrências do PB contemporâneo.

3.1. Análise das evidências históricas da desnasalização de formas verbais

3.1.1. Evidências da desnasalização quanto ao tempo, modo e conjugação verbal

Conforme visto no capítulo anterior, a língua portuguesa falada no Brasil apresenta diversas variações e algumas dessas derivam do português de Portugal. Observamos, também, que alguns autores verificaram que, em vários documentos escritos, há registros linguísticos que indicam seu uso na fala popular do português medieval. Uma dessas variações é a desnasalização de ditongo nasal, pós-tônico e final em formas verbais. Embora disponhamos de pouco material escrito para exemplo, visto que esse fenômeno parece ter ocorrido mais na fala popular de alguns indivíduos, esse material é suficiente para averiguarmos a relação entre o PE arcaico e o PB.

Tomando essa consideração como premissa, demonstramos ocorrências da desnasalização no PE, ampliando o que já foi dito à página 29 desta monografia. Os dados de análise são variações do português arcaico em que podemos encontrar formas verbais que estão sempre na 3ª pessoa do plural, mas em tempos verbais diversificados: no pretérito perfeito do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo e presente do indicativo. É o que vemos nos exemplos 1 e 2, a seguir.

Exemplo 1:

1a: “(...) iohannis e a seus quirmaúúns hu **foru** que hec cū ilis (...) (REVISTA GALEGA DE FILOLOXÍA, 5, p.137).

1b: “ramiro goncaluiz. e goncaluo gonca[lui]z] eluira goncaluiz **forun** fiadores de sua irmana...” (REVISTA GALEGA DE FILOLOXÍA, 5, p.264)

1c: “renuçamos a carta ou as cartas ou strumentos que **forũ** dadas” (REVISTA GALEGA DE FILOLOXÍA, 5, p.282)

No exemplo 1a podemos observar que a forma verbal destacada está na 3ª pessoa do plural, *foru*, concordando com o sujeito composto *iohannis e a seus quirmaúúns*. A comprovação de que essa forma verbal está desnasalizada pode ser ratificada ao nos depararmos com outros textos escritos do português antigo em que, diversas vezes, a forma verbal *foru* aparece nasalizada (ora com a letra ‘n’, ora com o til), como *forun* ou *forũ*, conforme pode ser visto nos exemplos 1b e 1c acima.

O registro da forma verbal *foru* (Exemplo 1a) demonstra a desnasalização ocorrida na fala, uma vez que a ortografia nessa época (entre os séculos XII e XIV) era fonética, ou seja, procurava representar os sons da fala. Esse processo pode ter ocorrido em diversas manifestações linguísticas da época. Como esse, encontramos outros exemplos que provam a tentativa de registrar a oralidade na escrita, numa época em que ainda não havia normatização da ortografia. Portanto, os copistas tinham dificuldade em registrar a fala nos textos escritos e oscilavam entre a grafia dos sons nasais: ora nasalizavam com uma letra representativa de som nasal, ora com o diacrítico til.

O vocábulo desnasalizado está no pretérito perfeito do indicativo e a alteração fonética não descaracteriza a forma de plural, visto que o verbo aparece com o morfema final –ru: sabemos que o morfema modo-temporal é –ra, que se opõe ao morfema Ø nas demais pessoas do pretérito perfeito do indicativo; assim, parece ser redundante o morfema número-pessoal –m, uma vez que o morfema –ra, por encontrar-se apenas na terceira pessoal do plural, representaria também o número plural (oposição entre *foru* ≠ *foi*). A única diferença da palavra destacada no exemplo 1a em relação às outras encontradas nos exemplos 1b e 1c se dá pela desnasalização, pois a forma com o morfema final permanece a mesma. Assim, a ausência de nasalização em *foru* não fez com que a palavra alterasse o número verbal, pois se mantém no plural.

A desnasalização em formas verbais ocorria, possivelmente, devido ao princípio de que o falante procura poupar energia e estabelecer a comunicação de forma mais rápida e fácil e não pretende produzir uma articulação nasal, a qual, de acordo com Silva (2010, p. 33) produz “uma obstrução completa da passagem da corrente de ar através da boca”. Assim, ao desnasalizar, o falante poupa a participação da cavidade nasal na pronúncia dos vocábulos e faz com que a corrente de ar não tenha interferência, causando um menor esforço ao produzir as formas verbais. Não sabemos como era a pronúncia das formas verbais, mas pela forma como elas aparecem tudo indica que no exemplo 1 dessa análise a forma verbal (*foru*) recebeu apenas a alteração fonética de desnasalização.

A desnasalização também se encontra em final de formas verbais de outro tempo:

Exemplo 2:

2a: “Cuja manha e grande esforço **faz** enveja à gente” (SILVEIRA BUENO, 1967, p. 205)

2b: “ainda á mister de conhescer as cousas que os demais dos porcos **fazem** quando se querem assentar” (VASCONCELLOS, 1970, p. 56)

2c: “esta doazon le fazo por muyto bẽ *que* me fezerũ & **fazẽ** & me {*prometerũ*} a fazer” (REVISTA GALEGA DE FILOLOXÍA, 5, p. 121)

Como podemos ver nos exemplos acima, as formas verbais *faz* (exemplo 2a), *fazem* (exemplo 2b) e *fazẽ* (exemplo 2c), são semelhantes no tempo verbal, pois estão indicando uma ação que está acontecendo, assim, pertencem ao presente do indicativo. Porém, a forma verbal do exemplo 2a se distingue dos exemplos 2b e 2c, porque se manifesta na forma de singular, ao contrário das outras duas que estão no plural.

A forma verbal do exemplo 2a (*faz*) se refere ao sujeito *cuja manha e grande esforço*, que compreende um sujeito composto, já que possui mais de um núcleo expresso na oração. Os estudos prescritivos da língua nos mostram que quando há um sujeito composto em uma oração, o verbo deve aparecer no plural para concordar com o sujeito, porém, percebemos que o verbo aparece no singular nesse exemplo em questão. A forma verbal *faz* está desnasalizada, uma vez que não possui o morfema de plural –m, que indica nasalidade. Além dessa alteração, podemos verificar que também ocorreu uma síncope do morfema –e, a vogal temática do verbo. Assim, ocorreu mais de um processo de alteração na forma verbal *faz* para que ela se manifestasse no singular: a desnasalização final e síncope da vogal temática.

Como o verbo se manifesta de modo idêntico à sua forma de singular, podemos perceber que há ausência de concordância na oração, pois a forma verbal não concorda com o sujeito composto. Apesar disso, a perda de nasalização na palavra destacada do exemplo 2a não altera a compreensão da oração, uma vez que ao identificarmos o sujeito da oração sabemos que o verbo se refere a mais de um sujeito.

O que nos ajuda a afirmar que esse verbo está desnasalizado é o fato de encontrarmos essa mesma palavra nasalizada em outros documentos do português antigo, como mostram os exemplos 2b (*fazem*) e 2c (*fazẽ*) vistos acima. Mais uma vez, esses exemplos demonstram que a desnasalização em final de formas verbais pós-tônicas não ocorria sempre nos mesmos verbos, pois, dependendo do copista, podemos encontrar uma mesma forma verbal ora nasalizada, ora não. E, quando nasalizada, podia aparecer tanto com o morfema número-pessoal –m, quanto com o diacrítico til.

No exemplo 3 que segue abaixo vemos outra ocorrência de forma verbal no presente do indicativo que foi desnasalizada:

Exemplo 3: “(...) a todos aqueles que se fazem afora da carreira do pecado e **torna** a direita carreira” (MAGNE, 1995 *apud* NARO & SCHERRE, 2007)

A palavra destacada no exemplo acima (*torna*), no presente do indicativo, também apareceu com a forma de singular ao ser desnasalizada, uma vez que, ao perder a nasalização, não contém mais morfema específico de plural, fugindo, assim, à concordância explícita com o sujeito da oração *todos aqueles*, que está na 3ª pessoa do plural. Assim, isso provocou ausência de concordância verbal na oração. Diferentemente do exemplo 2a (*faz*), a forma verbal *torna* não perdeu a vogal temática –a, pois é constatado que há, apenas, a ausência do morfema número-pessoal –m, que indica nasalidade. Diante disso, vemos que apenas a desnasalização final que ocasiona a ausência de concordância verbo-sujeito nessa oração.

Não encontramos trechos em que a forma verbal *torna* estivesse nasalizada, mas como essa palavra não se apresenta com nenhuma desinência que marque pluralidade, isso nos possibilita afirmar que a palavra se manifesta de modo idêntico ao seu singular “*ele torna*”.

A seguir podemos encontrar outro exemplo de forma verbal que, ao ser desnasalizada, provocou ausência de concordância verbal na oração:

Exemplo 4:

4a: “(...) mas **dava** lhe gram torva as portas çarradas” (MIRA MATEUS, 1970, *apud* NARO & SCHERRE, 2007)

4b: “E todo o capo era cercado em redor de muytas aruores muy fre- mosas, que **dauam** fruytus muy doces...” (VASCONCELLOS, 1970, p. 40)

4c: “(...) essa terra de que era senhor e todos lhe **dauã** a meatade de quanto auyam (...)” (VASCONCELLOS, 1970, p. 46)

No exemplo 4a percebemos que a desnasalização ocorrida nas formas verbais do pretérito imperfeito do indicativo fez com que essas apresentassem a forma de singular e isso ocasionou uma ausência de concordância verbal explícita, pois não há marca morfológica que indique o plural, representando a concordância com os sujeitos que estão no plural. No exemplo 4a o sujeito *as portas çarradas* está no plural, mas o verbo no pretérito imperfeito *dava* não aparece com o morfema número-pessoal –m ou com o til (~), que indicam a nasalidade e, conseqüentemente, a forma de plural. Os exemplos 4b e 4c nos mostram que a forma verbal *dava* também podia ser encontrada com a nasalização final tanto com o morfema –m (*dauam*) quanto com o diacrítico til (*dauã*).

Os exemplos 4b (*dauam*) e 4c (*dauã*) estão escritos com a letra ‘u’ representando dois fonemas diferentes: / u / e / v /. No português arcaico a letra ‘u’ por vezes poderia se apresentar com o som do fonema / v /. Faria (1970) assevera que no latim a letra ‘u’, por vezes, poderia representar a consoante ‘v’ e, com o passar dos anos, o ‘u’ vogal (u) passou a se diferenciar do ‘u’ consoante (v). Esse autor afirma ainda que “é natural também que a maior parte das letras do alfabeto latino do período clássico tenha o mesmo valor fonético no latim e no português” (op. cit., p. 65). Araújo (2006) denomina esse processo de transformação da vogal em consoante de consonantização e cita o exemplo da palavra *uita* que, com o passar do tempo, passou a se manifestar como *vita*. Como no período arcaico a língua portuguesa ainda estava em formação e mantinha muitas semelhanças com o latim, consideramos que no português arcaico a letra ‘u’ ainda aparecia com valor da consoante ‘v’. Assim, podemos inferir que a forma verbal em destaque nos exemplos 3b e 3c poderiam ser realizadas com o som de *davam* fazendo parte, portanto, do verbo *dar*.

Assim, as formas verbais desnasalizadas destacadas nos exemplos 2a, 3a e 4 (*faz*, *dava* e *torna* respectivamente) passam de 3ª pessoa do plural para 3ª pessoa do singular. Essa alteração nos leva a crer que, pelo princípio da economia linguística, evitando redundância no

uso do plural, no ato da comunicação, a 3ª pessoa do plural do pretérito imperfeito do indicativo e do presente do indicativo se apresenta no singular, pois os termos que funcionam como sujeito da oração estão explícitos e se encontram no plural. Com isso, os interlocutores se comunicam e identificam a que (ou a quem) o verbo se refere. Assim, a alteração fonética de formas verbais nesses tempos verbais exige a presença dos sujeitos oracionais para que a comunicação seja estabelecida e os interlocutores possam compreender qual(is) o(s) sujeito(s) da oração.

Os dados expostos nos levam a crer que a desnasalização nem sempre causava ausência de concordância verbal nas orações, pois variava de acordo com o tempo verbal. Provavelmente, devido à dificuldade em registrar a fala na escrita que havia naquela época, os copistas não tinham convicção de qual seria o melhor modo para registrar as formas verbais.

3.1.2. Evidências da desnasalização quanto ao aspecto da variação linguística

Os trechos descritos nesse tópico possuem verbos com variação, pois foram desnasalizados, e, como já foi explanado, sinalizam que essas palavras receberam essa alteração fonética porque são raramente encontradas com a escrita dessa forma, uma vez que na maioria dos casos os verbos recebem nasalização final.

O exemplo 1a (*foru*) apresentado no subtópico anterior nos mostra o trecho de uma “Manda testamentária de Estêvão Peres”, do ano de 1260, ou seja, um legado que, possivelmente, determina que Estêvão Peres seria herdeiro por testamento. O contexto comunicativo nos revela que há uma situação formal, por se tratar de um documento comprobatório de que o sujeito herdou algo.

Sabe-se que na época em que esse documento foi redigido poucas pessoas eram letradas e o nível de analfabetismo da população era grande, pois só as pessoas com nível social e econômico mais elevado é que tinham o direito a ter estudos, por isso que há certa dificuldade em encontrar textos do português antigo que revelem traços da fala popular. No entanto, apesar de os escribas terem domínio de escrita, não havia ainda uma norma que determinasse a grafia das palavras nos textos escritos. Isso fez com que os escribas redigissem documentos, cartas, entre outros gêneros, com palavras que se aproximassem de sua forma oral e, assim, alternavam bastante o modo de escrever uma palavra, como é o caso dos exemplos citados nos subtópicos anteriores (como a forma verbal *foru* que tanto poderia

aparecer com essa forma desnasalizada, como nasalizada pela presença do acento til ou de um morfema –n ou –m, como nos mostra os exemplos 1b e 1c, *forun e forũ*).

Silveira Bueno (1967) afirma que durante o período arcaico a vida jurídica e religiosa era expressa a partir do latim, mas a população não entendia bem essa língua, assim, textos jurídicos e religiosos passaram a contemplar o vernáculo, ou seja, a fala mais espontânea e menos monitorada do povo. Esse autor expressa isso ao afirmar que “as partes não entendiam mais tão antiquadas expressões jurídicas. Desta forma, o vernáculo penetrou no templo e no cartório” (op cit., p. 226). Essa afirmação comprova que os textos do português antigo eram escritos na tentativa de aproximar a fala e a escrita.

Os estudos da língua portuguesa nos mostram que apenas depois de Camões escrever *Os Lusíadas* (1572), no século XVI, é que um conjunto de prescrições ortográficas foi definido, como nos mostra Cagliari (1994, p.01) ao afirmar que “foi preciso chegar *Os Lusíadas*, no século XVI, com um modelo ortográfico simples e elegante, para dar início a um período da ortografia em que havia um modelo a ser seguido, deixando-se de lado velhos hábitos”. Mas, ainda assim, esse conjunto de normas não atingiu a todos os falantes, visto que havia pessoas que não tinham acesso a esses estudos e continuaram se comunicando por uma linguagem popular. E, como foi relatado no capítulo anterior, foi essa linguagem popular dos portugueses que se instalou no Brasil junto com a nova população aqui chegada, após 1500, e os brasileiros aderiram a algumas formas usuais da língua do povo português que permanecem até hoje.

Os exemplos 2a (*faz*), 3 (*torna*) e 4a (*dava*) são trechos recortados de trabalhos que discutem sobre o estudo da língua portuguesa antiga, e não foram encontrados os contextos comunicativos em que eles estavam inseridos. Entretanto, sabemos que os registros de língua encontrados são textos escritos por copistas e, na escrita, os sujeitos tendem a refletir mais sobre o uso ou colocação das palavras, podendo revisar e apagar, diferentemente da fala, cujo planejamento textual é simultâneo à sua produção, pois se trata de uma comunicação mais instantânea. E, ainda assim, encontramos registros de desnasalização, pois a forma de escrever as palavras ainda não estava completamente estabelecida, assim os copistas tinham certa liberdade em escolher a forma como escrever. Além disso, a variação linguística que ocorria na época em que os textos foram escritos era frequente na fala dos indivíduos, como pôde ser visto na fundamentação teórica deste trabalho.

Silveira Bueno (1967) nos mostra que durante o período arcaico a grafia era fonética e isso era bastante aceitável. Dessa forma, podemos perceber que havia a variação de

nasalização em formas verbais, porque não havia regra para que os copistas registrassem a oralidade na escrita.

3.2. Análise de evidências atuais de desnasalização de formas verbais

3.2.1. Evidências da desnasalização quanto ao tempo, modo e conjugação verbais

Neste tópico, evidenciamos a presença da desnasalização de ditongo nasal final pós-tônico, em formas verbais de 3ª pessoa do plural nos dias atuais, assim como ocorreu em algumas variações do português arcaico, como foi descrito no tópico anterior. Os exemplos 5, 6, 7 e 8 abaixo ilustram o que foi dito.

Exemplo 5:

F1: “Disse que tá tudo triste, disse que eles... o caba num foi nem trabalhar, aliás, eles num [**‘foro**] nem trabalhar hoje, porque [**‘foro**] resolver essas questões aí, aí num [**traba’laro**] hoje não, num sabe? Por conta disso...”

(F1, gravação em 01/08/2013)⁵

Exemplo 6:

F4: “Aí [**fi’karo**] ele e Dorinha...” (F4, gravação em 10/08/2013)

Exemplo 7:

F5: “Num faz nem um mês que [**‘jã’maro**] a unimed pra mim, uma coisa ligeira, mas [**‘jã’maro**]” – (F5, gravação em 10/08/2013)

Exemplo 8:

F2: “No caminho que eu volto pro fórum... anteontem [**iftu’praro**] uma mulher... [**iftu’praro**] uma mulher e [**ma’taro**] um cara lá.” (F2, gravação em 07/08/2013)

Foram identificados casos de desnasalização em conversações informais, face-a-face, em ambiente familiar (como descrito no capítulo de metodologia). E os tempos em que os verbos estão conjugados, dentre todos os trechos gravados, são: pretérito perfeito e pretérito

⁵ Retomando o que foi dito na metodologia, todas as gravações presentes nesse tópico foram realizadas em ambiente familiar com pessoas de gênero e idade diversos, em cujas falas ocorre o processo de desnasalização.

imperfeito do modo indicativo, como também verbos no pretérito imperfeito do subjuntivo e infinitivo pessoal. Esses casos que nós encontramos confirmam o que Ilari & Basso (2007) expõem a respeito da variação linguística: é mais fácil encontrar exemplos de manifestações linguísticas diversas em gravações ou entrevistas, pois há variações que ocorrem apenas na fala, visto que os sujeitos tendem a se adequar às normas prescritivas da escrita.

Nos exemplos de 5 a 8, as formas verbais desnasalizadas ([‘foru], [traba’laru], [fi’karu], [jã’maru], [iftu’praru] e [ma’taru]) parecem repetir o mesmo fenômeno encontrado no português arcaico: um fonema nasal passa a ser oral e a desinência número-pessoal –m e a modo-temporal com o morfema –ra aparecem modificadas. Com essa transformação fonética, a forma final dos verbos aparece com o fonema oral reduzido [u].

Nos exemplos 5 e 6 podemos observar que as formas verbais destacadas são de 3ª pessoa do plural pelo fato do sujeito estar explícito e as formas verbais [‘foru] e [traba’laru] se referirem a *eles*, e o [fi’karu] se referir a *ele e Dorinha*. Já os exemplos 7 e 8 ([jã’maru], [iftu’praru] e [ma’taru]) não possuem um sujeito explícito na sentença, ou seja, são verbos cujo sujeito está indeterminado, pois não há nenhuma referência a um sujeito no contexto. Além disso, cada conversa demonstra que são relatadas ações concluídas, o que indica, portanto, que as palavras destacadas nos exemplos acima são representativas de verbos no pretérito perfeito do indicativo (modo verbal que expressa uma certeza produzida). À exceção do verbo *ir* (exemplo 5), que é da 3ª conjugação, os demais verbos destacados são da 1ª conjugação e demonstram ter características morfológicas semelhantes, tais como o morfema modo-temporal e o número-pessoal. Os quatro exemplos demonstrados são representativos dos vários casos ocorridos que foram encontrados nos dados gravados, pois, ao observarmos as gravações, percebemos que a maioria dos casos de desnasalização em forma final verbal acontece em verbos no pretérito perfeito do indicativo.

Esse fato confirma o que já foi descrito teoricamente, explicitando que alguns estudiosos da língua portuguesa consideram que a variação ocorrida em verbos na 3ª pessoa do plural se efetua por uma ausência de nasalização nas formas finais do verbo. Para alguns autores, isso ocasiona uma ausência de concordância verbal, pois a forma plural nasalizada desaparece. Essa observação pode ser encontrada no trabalho de Hora & Espínola (2004, p. 221) sobre concordância, quando eles afirmam que “a variação na concordância de número se dá quando há um apagamento da silibante final ou uma desnasalização das vogais finais”.

No entanto, como foi visto nos exemplos acima, as formas verbais desnasalizadas não se encontram nas formas verbais do singular, uma vez que ao serem desnasalizados, os verbos

não se convertem para a forma de 3ª pessoa do singular, pois, caso isso acontecesse, os verbos se apresentariam, respectivamente, como “*eles foi*”, “*eles trabalhou*”, “*eles ficou*”, “*eles chamou*”, “*eles estuprou*” e “*eles matou*”, visto que estão no pretérito perfeito do indicativo. Isso pode ser assegurado porque o morfema número-pessoal das formas verbais de 1ª conjugação não se convertem para o morfema número-pessoal –u (presente em formas verbais desse tempo verbal específico), e a forma verbal da 3ª conjugação também não apresenta a desinência de singular.

O que se realiza, na verdade, é uma alteração nos morfemas das formas verbais, pois –ra e –m se transformam em um provável morfema –ru. Para que haja essa modificação é efetuado, além da desnasalização final de verbos, um processo de monotongação, pois o ditongo nasal [ãw], que geralmente se realiza na fala dos sujeitos quando há a presença de –ram, desaparece devido a síncope do fonema /ã/. Sendo assim, as palavras em destaque nos exemplos desse tópico revelam que ocorreram dois processos de alterações fonéticas no ato de conversas informais: a monotongação e a desnasalização.

O processo de monotongação que acontece nas formas verbais se assemelha muito com o português antigo, uma vez que nos parece que a maioria dessas não possuía ditongo final, devido à forma da palavra, a exemplo de *forũ*, *matarũ* ou *filarũ*⁶. A ausência de ditongação final que encontramos hoje foi herdada das formas verbais mais antigas do português, e isso demonstra a importância de conhecermos o processo evolutivo da língua, pois certas manifestações linguísticas encontradas nos dias de hoje podem ter relação com a língua falada outrora.

É interessante pontuar que há 30 anos, Pontes (1973) já observava que essa variação fonêmica ocorria nas formas verbais daquele tempo. A autora explicita que poderia haver variação nos fonemas /ãw/, /ũ/ e /u/ e cita, como exemplo, a forma verbal [kõ'praran] que podia se manifestar das seguintes formas: /kõ'prarãw/, /kõ'prarũ/ e /kõ'praru/. Assim, podemos perceber que o interesse pelo estudo da desnasalização final de formas verbais já era presente há 3 décadas e a autora registrou um exemplo de variedade semelhante às dos exemplos de 5 a 8 ([‘foru], [traba’laru], [fi’karu], [fã’maru], [i’tu’praru] e [ma’taru]), uma vez que o verbo [kõ'praran] também está no pretérito perfeito do indicativo e apresenta não só uma variação desnasalizada, mas também recebeu a síncope do fonema /ã/.

⁶ Essas palavras são exemplos encontrados na Revista de documentos galego-portugueses, *Revista galega de filoloxía*, dos séculos XII e XIII.

À vista disso, há uma incompatibilidade com a teoria de Hora & Espínola (2004), pois não podemos generalizar que a desnasalização de formas finais verbais sempre irá causar uma ausência de concordância verbal nas orações, pois, a exemplo dos verbos do pretérito perfeito do indicativo, os falantes não modificam as flexões de plural para singular. O que ocorre, na verdade, é uma modificação do morfema final das desinências número-pessoal e modo-temporal dos verbos, como ocorreu, também, em algumas falas populares do português arcaico.

Da mesma forma como possivelmente ocorreu com as formas verbais desnasalizadas do português arcaico, acreditamos que o falante pretende poupar sua fala simplificando as formas verbais. A partir dos exemplos, podemos verificar que o falante parece ter a percepção de que a desnasalização de formas verbais do pretérito perfeito do indicativo não irá modificar a compreensão da oração. O ambiente fonológico das letras que antecedem ou sucedem a forma verbal desnasalizada parece não estabelecer relação com a alteração fonética, então, nos parece que o falante pretende, apenas, poupar sua linguagem. Correia (1995) afirma que o princípio do menor esforço pode ser realizado devido ao conhecimento morfológico⁷ do falante e, nesse tempo verbal em questão, podemos assegurar que esse conhecimento inerente aos indivíduos faz com que eles façam combinações entre os morfemas de forma que podem “combinar palavras entre si para dar origem a novas palavras” (CORREIA, 1995, p. 02).

Sabemos que o morfema número-pessoal dos verbos no pretérito perfeito do indicativo é –m e o morfema modo-temporal é o –ra, mas na alteração fonética que há na fala dos sujeitos analisados, esses dois morfemas parecem se agrupar em um morfema –ram para que haja a modificação para –ru. Sustentamos essa ideia devido ao fato de que o morfema –ra também é morfema modo-temporal de formas verbais no pretérito mais-que-perfeito simples, porém esse tempo verbal é raramente encontrado na fala do português brasileiro. Então, o falante costuma utilizar esse morfema apenas em verbos no pretérito perfeito do indicativo e isso nos leva a crer que o falante tem a consciência de que o morfema –ra indica plural, juntamente com o –m, nas formas verbais. Assim, os morfemas –ra e –m são transformados em um morfema –ru e isso não faz com que o verbo altere sua forma de plural.

A partir dos exemplos 5, 6, 7 e 8 podemos destacar que a desnasalização de ditongo nasal final em formas verbais está presente na fala dos sujeitos em questão. No entanto, não

⁷ A autora ainda aponta que o princípio do menor esforço também pode se realizar devido ao conhecimento fonológico e conhecimento sintático dos falantes. Porém, apenas citamos o morfológico por condizer com nossa análise.

podemos generalizar que essa variação linguística específica está sempre na fala dos sujeitos em situações informais, pois também foi demonstrado que essa alteração fonética pode oscilar, conforme é passado no exemplo 9 abaixo:

Exemplo 9:

F1: “Naquela hora que liguei pra tu, tu tarra aonde hein?”

F3: “Saindo da universidade e dando carona aos menino, que [**‘Iãw**] lá pra rodoviária, [**pI’dIro**] uma carona pra ir pra rodoviária comprar passagem pra ir pro sertão”

F1: “E eles [**‘foro**]? Pq eles num vão de carona todo, todo, toda semana né? Eles num [**a’humãw**] uma carona num carro da universidade?”

F3: “[**tehmI’narø**] indo de ônibus os dois.....”

(Diálogo entre F1 e F3 gravado em 08/08/2013)

Observa-se, então, que nesse trecho, as formas verbais desnasalizadas nas falas de F3 são [pI’dIro] e [tehmI’narø] e na fala de F1 encontramos [‘foro], palavra que também foi proferida no exemplo 1 pelo mesmo falante. Essas palavras que não aparecem com a forma nasal são verbos na 3ª pessoa do plural, pois se referem aos “meninos” que foram à rodoviária, como pode ser observado no contexto da oração.

O curioso deste diálogo do exemplo 9 é que há outras formas verbais na 3ª pessoa do plural ([‘Iãw] e [a’humãw]), na fala de F3, que possui uma nasalização na sua forma verbal final e o falante não a desnasalizou. Os verbos [pI’dIro] (*pediram*), [tehmI’narø] (*terminaram*) e [‘foro] (*foram*) encontram-se no pretérito perfeito do indicativo, já o verbo [‘Iãw] (*iam*) no pretérito imperfeito do indicativo e o verbo [a’humãw] no presente, ou seja, as formas verbais desnasalizadas nesse exemplo (como também nos primeiros exemplos demonstrados) pertencem a um tempo verbal diferente da forma que foi nasalizada.

Ao desnasalizarmos os verbos do pretérito perfeito do indicativo, a forma de plural não desaparece. Porém, se desnasalizarmos a 3ª pessoa do plural do pretérito imperfeito do indicativo, a forma de plural se extingue e o verbo aparece no singular. O Quadro III mostra como as formas verbais do Exemplo 9 ficariam no pretérito imperfeito do indicativo, em formas nasalizadas e não nasalizadas, para comprovar nossas suposições:

Quadro III – Levantamento de formas verbais de 3ª pessoa do plural

Formas verbais de 3ª pessoa do pretérito imperfeito do indicativo	
Formas verbais nasalizadas	Formas verbais desnasalizadas
[ˈlãw]	[ˈlɐ]
[aˈhumãw]	[aˈhumɐ]
[peˈdlãw]	[peˈdlɐ]
[tehmIˈnavãw]	[tehmIˈnavɐ]

O quadro III acima mostra, portanto, que, se as formas verbais no pretérito imperfeito do indicativo forem desnasalizadas, elas perdem a marca de plural e passam a aparecer com a forma de singular. Havendo aí a perda da nasalidade, a diferença entre 3ª pessoa do plural e 3ª pessoa do singular se neutraliza e, conseqüentemente, pode alterar o sistema verbal da língua portuguesa, uma vez que o tempo verbal se modifica. Em formas verbais no pretérito imperfeito do indicativo não há nenhuma transformação morfológica, como em verbos do pretérito perfeito, e também não podemos afirmar que há influência do ambiente fonológico da palavra, pois a desnasalização não ocorre sempre no mesmo espaço linguístico.

Os casos de desnasalização não foram proferidos apenas no modo indicativo, pois assim como aconteceu no português arcaico, encontramos, também, variação em verbos no modo subjuntivo e infinitivo pessoal flexionado, como pode ser visto abaixo:

Exemplo 10:

F1: “Eu gostaria que vocês [sê’tasI] direito. Eu tô tortinha, gente... Pronto, dá pra vocês [fi’karI] reto” – (F1, gravação em 16/08/2013)

O sujeito da oração acima está explicitamente exposto, *vocês*, pronome recorrente na produção de textos orais e escritos da atualidade, funcionando como pronome pessoal, o que leva Castilho (2012), por exemplo, a considerá-lo como, de fato, pronome pessoal do português brasileiro. Sendo assim, é a presença do sujeito que nos faz afirmar que os verbos estão na 3ª pessoa do plural. Além disso, declaramos que a primeira forma verbal destacada ([sê’tasI]) está no modo subjuntivo porque o contexto expressa uma ideia hipotética. Como podemos ver, os dois verbos pertencem a tempos distintos, uma vez que o primeiro se

encontra no pretérito imperfeito do subjuntivo e o segundo no infinitivo pessoal. O verbo [sê'tasI] está no pretérito imperfeito do subjuntivo porque gera um sentido de hipótese, e o [fi'karI] está no infinitivo pessoal flexionado, uma vez que a ação se refere ao sujeito que está claramente expresso (vocês).

Os dois verbos não apresentam a desinência número-pessoal característica desse modo verbal –m ocasionado pela desnasalização final nas palavras. Além da perda de nasalidade, há, também, um processo de monotongação, uma vez que o ditongo [êy] final, que é gerado pela presença do morfema –rem, se reduz a vogal reduzida [I]. Isto posto, podemos observar que, independentemente do tempo e modo em que os verbos recebem alterações fonéticas de desnasalização, ocorre, também, uma redução do ditongo.

A desnasalização em verbos do modo subjuntivo pode causar ausência de concordância verbal, dependendo do tempo em que o verbo se encontra, pois no trecho do exemplo 10 podemos ver que a forma verbal [sê'tasI] não está em harmonia com o sujeito, por se apresentar com a forma de singular, mas [fi'karI] está concordando com o sujeito *vocês*. O exemplo deixa claro que, ao ser desnasalizado, o verbo de pretérito imperfeito do subjuntivo aparece com a mesma forma de singular “*se* você **sentasse**”, logo, a perda de nasalização em verbos desse tempo em questão faz com que esses não concordem, de acordo com os estudos normativos da língua, com o sujeito no plural. Já o segundo verbo destacado do exemplo 10 não produz uma ausência de concordância verbal, visto que a forma verbal no infinitivo é flexionada para concordar com o sujeito da oração e, ao ser desnasalizada, não se apresenta como o infinitivo não-flexionado (*ficar*). Como vimos com a transcrição fonética, a palavra [fi'karI], ao perder a nasalização final, também recebeu o processo de monotongação, pois o ditongo final [êy], que geralmente se realiza na fala dos sujeitos quando há a presença do morfema –rem, desaparece devido a síncope do fonema /ê/. Assim, a partir da desnasalização e da monotongação, a forma verbal é pronunciada com a vogal reduzida final [I].

3.2.2. Evidências da desnasalização quanto ao aspecto da variação linguística.

Os exemplos demonstrados no tópico anterior revelam que há uma tendência de variação na língua dos sujeitos em análise que se manifesta pelo processo de alteração fonética de desnasalização de formas finais de verbos. Sendo assim, ao tentar compararmos esse fenômeno de alteração fonética com os tipos de variação existentes na língua, vemos que

Bagno (2007, p. 143 - 156) reconhece que a desnasalização de formas finais verbais é uma variação que ocorre em falantes com “baixo ou nenhum prestígio social” que são estigmatizados e classifica essa variação como decorrente de uma “norma popular” na língua portuguesa. Esse autor demonstra isso ao citar que um dos exemplos de variações que podem ocorrer na fala popular é a “não nasalização de sílabas postônicas”, a exemplo de *fizeram-fizero*. Para Bagno (2007), as pessoas que pronunciam esses tipos de variedades linguísticas consideradas estigmatizadas sofrem preconceito por alguns falantes escolarizados, ao serem consideradas “sem instrução”. Entretanto, como já foi descrito anteriormente, sujeitos que possuem escolarização e que têm prestígio social também pronunciam formas verbais sem a nasalização, logo os dados de nossa análise entram em contraste com a teoria de Bagno (2007), pois esse autor limita que traços de desnasalização são característicos de sujeitos sem prestígio social.

A alteração fonética citada acima pertence à variedade que Bagno (2007) denomina de “variedades mais estigmatizadas”, que corresponde à variação diastrática para Ilari & Basso (2011) que se realiza pela diferença encontrada na fala de pessoas mais escolarizadas e as que possuem pouca ou nenhuma escolarização. Além das características citadas por Ilari & Basso (2011), apresentamos no capítulo anterior que Castilho (1985) exhibe algumas variações que se realizam na fala popular, e cita que uma das construções da linguagem popular no campo da sintaxe pode ser a “ausência de marca de concordância na 3ª pessoa do plural do verbo, particularmente com sujeito posposto”. Para esses autores, o tipo de variação em questão só ocorre com falantes com pouca ou nenhuma escolarização e isso não se ajusta ao que foi demonstrado em nossa análise por evidenciarmos que essa manifestação linguística de desnasalização independe de escolarização.

Verificamos, então, que nas gravações exemplificadas a variação que se realiza na fala dos sujeitos é a diamésica⁸, que se dá pelas diferenças encontradas entre língua escrita e língua falada. Classificamos esse tipo de variação como presente nos exemplos do tópico anterior tendo em vista que todos os falantes são escolarizados, com grau superior completo,

⁸ Essa constatação foi realizada comparando com os outros tipos de variação linguística existente, de acordo com Ilari e Brasso (2011), conforme visto no capítulo de variação e mudança linguística deste trabalho. Para outros autores, como Bagno (2007) ou Travaglia (2006) esse tipo de variação seria denominado como variação diafásica, que diz respeito ao diferente uso da língua que um mesmo falante realiza, de acordo com a situação comunicativa. Como os sujeitos de nossa pesquisa são escolarizados e estão em ambiente informal, podem ter monitorado sua fala para se adequar a situação informal de comunicação e, assim, a variação da fala deles se adequa à variação diafásica.

conforme visto na metodologia deste trabalho. Deste modo, os sujeitos da análise tiveram a oportunidade de estudar a norma padrão da língua portuguesa, o que nos leva a crer que eles sabem utilizar a língua em diversas situações, e, assim, podem monitorar sua forma de comunicação no ato da escrita para não produzirem textos escritos com a mesma liberdade com que realizam na língua falada.

Além disso, a gravação dos sujeitos foi realizada em um momento íntimo familiar, em que o diálogo é menos monitorado, e não exige que os falantes se expressem utilizando a norma culta da língua portuguesa, pois a situação de comunicação permite que os falantes se expressem com mais liberdade. Bagno (2007, p. 95) concorda que a língua falada e a língua escrita dos sujeitos se diferem, ao afirmar que “ninguém fala, efetivamente, o padrão, nem mesmo as pessoas altamente escolarizadas em situações de interação verbal extremamente formais. É inevitável que os usos mais espontâneos, mais conformes à intuição linguística do falante venham à tona”.

Sabemos que em contextos comunicacionais mais formais, como um seminário ou uma entrevista, por exemplo, os falantes tendem a monitorar a fala, mas devido à rapidez que os gêneros orais demandam, pode surgir algum exemplo de variação da norma culta, como Bagno (2007) demonstrou. Ademais, não há como o sujeito eliminar o que disse, como é possível na realização de gêneros textuais escritos. Na oralidade, a elaboração de textos exige mais rapidez, e não dispomos de tempo suficiente para refletir sobre qual a colocação que se encaixa melhor na frase, ou se o verbo está concordando com o sujeito quanto ao número, entre outros possíveis aperfeiçoamentos que o falante poderia realizar em gêneros escritos. A necessidade de comunicação oral não exige que o falante siga à risca as normas prescritivas da língua. Isso é fato porque desde a formação da língua portuguesa havia formas variadas de pronunciar as palavras por razões de ordem fonético-fonológica, uma vez que os falantes procuram acomodar os fonemas das palavras, a exemplo de palavras do latim vulgar e do próprio português arcaico que sofreram diversas modificações, como podemos verificar neste trabalho.

À vista disso, percebe-se que em situações de comunicações orais mais informais os falantes costumam se desviar da norma padrão, assim, os falantes registram uma variação na pronúncia das formas verbais, pois a atividade linguística em questão está situada em uma prática social informal que não exige que o falante faça uso da norma padrão, falando a língua portuguesa sem apresentar erros. Dependendo do ambiente, do grau de intimidade com as pessoas presentes, faixa etária, etc., o falante adequa sua linguagem à situação. A esse

respeito, Bagno (2007, p. 44-45) considera que os falantes podem fazer um monitoramento em seu comportamento verbal dependendo do contexto comunicativo, o qual chama de *monitoramento estilístico*, ao afirmar que “nós variamos o nosso modo de falar, individualmente, de maneira mais consciente ou menos consciente, conforme a situação de interação em que nos encontramos”.

Nossa verificação está de acordo com o que Ilari & Basso (2011) expressam sobre as diferenças que podem ocorrer na língua escrita e na língua falada, pois esses autores afirmam que “na fala, as pessoas dizem coisas como ‘né’, ‘ocêis’, ‘disséro’, ‘téquinico’, pensando que dizem ‘não é’, ‘vocês’, ‘disseram’, ‘técnico’”. Deste modo, os autores acreditam que a desnasalização (de, por exemplo, o verbo na 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito, que foi a maior evidência encontrada de desnasalização em nossas gravações) é uma realização das variações que podem ocorrer na diferenciação entre fala e escrita.

Nosso estudo se adequa, portanto, ao princípio de que a língua dos falantes varia nas modalidades de fala e escrita, tendo em vista que os sujeitos de nossa pesquisa são escolarizados e demarcam traços de fala popular nas situações de comunicação íntima. A língua varia no espaço para atender às necessidades dos falantes nos momentos de interação formais ou não, e as variações que hoje ocorrem no espaço podem instaurar uma possível mudança na língua, a exemplo de diversas palavras e construções latinas que possuíam variação e com o decorrer do tempo, sem que os falantes percebessem, a língua absorveu as variações e isso ocasionou uma mudança nas palavras.

O número de sujeitos da nossa pesquisa é restrito, mas suficiente para registrar que, quando os falantes utilizam gêneros orais mais espontâneos, apresentam uma alteração fonética comum, a desnasalização. Esse fenômeno pode ocorrer independentemente de os sujeitos serem escolarizados, ou não, ou serem de uma faixa etária maior ou menor. Isso prova que os falantes possuem uma intuição de se comunicar, produzindo menor esforço ao realizarem as combinações fonéticas que parecerem mais cômodas para seus registros orais. Hoje em dia, com o uso das tecnologias frequente na vida dos indivíduos, os sujeitos procuram ser ágeis e a comunicação também tem essa necessidade. Os falantes querem se expressar com mais rapidez e, assim, desnasalizam algumas formas verbais. E essa ação dos sujeitos não está de nenhuma forma alterando o sentido das frases elaboradas, pois o ouvinte entende a informação e os dois se comunicam como se não houvesse alteração alguma na palavra. Enquanto a língua estiver em uso irá sofrer variação e mudança e isso pode ser evidenciado em Bagno (2007, p. 166), pois nós, os falantes da língua, “imperceptivelmente,

inconscientemente, vamos alterando as regras de funcionamento da língua, tornando ela mais adequada e mais satisfatória para nossas exigências de processamento mental, de comunicação e interação”.

As variações linguísticas ocorrem nos momentos de comunicação e são utilizadas nas falas de vários sujeitos, até que se tornem uso comum e provoquem uma futura mudança na língua, a exemplo dos metaplasmos, que foram alterações que ocorriam continuamente na língua dos falantes, até que as novas formas foram incorporadas por gramáticas e dicionários.

É muito prematuro afirmar que a desnasalização de ditongo nasal final que ocorre na língua de alguns sujeitos nos dias de hoje possa provocar uma mudança na língua, mas não podemos desconsiderar as variações e mudanças na língua que existem para facilitar a comunicação entre os falantes, pois a língua está em constante movimento e suas regras não estão fixadas para sempre, mas são passíveis de mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou descrever que a desnasalização de ditongo nasal em formas verbais não constitui um fenômeno que se realiza apenas em algumas variações de fala do português moderno do Brasil, mas no período arcaico da língua portuguesa foram evidenciados alguns exemplos de que essa variação também ocorria naquele tempo.

A partir da coleta de dados, pudemos observar que há semelhança entre os processos de alteração fonética ocorridos no português de hoje e no português antigo. Dessa forma, traçamos um panorama de que a ausência de nasalização em algumas formas verbais tem relação com a língua de séculos atrás. O estudo diacrônico facilitou a compreensão de que a ausência de nasalização não é um fenômeno exclusivo dos dias atuais do PB, mas que desde antes da normatização da ortografia essa variação já estava presente na língua portuguesa. A bagagem linguística do português arcaico ainda conserva alguns vestígios encontrados em algumas variações na fala do PB, a exemplo da perda de nasalidade em final de formas verbais.

Além disso, também vimos em nossa pesquisa que a perda de nasalização em formas verbais pode causar ausência de concordância verbal nas orações, quando realizada em verbos no presente e pretérito imperfeito do indicativo, como também no pretérito imperfeito do subjuntivo, pois a perda de nasalidade faz com que as formas verbais se manifestem com sua forma de singular. Mas esse fenômeno de alteração fonética não irá ocasionar sempre a perda de concordância nas orações, pois, a exemplo das formas verbais no pretérito perfeito do indicativo e infinitivo pessoal, vemos que essas não apresentam a forma de singular, quando desnasalizadas. O que acontece, de fato, é uma transformação nos morfemas modo-temporal e número-pessoal, pois os morfemas *-ra* e *-m*, do final desse tempo verbal na 3ª pessoa do plural, se modifica e passa a se manifestar com um morfema *-ru*. Essa transformação faz com que a variação de desnasalização em formas verbais do PB se assemelhe com as formas verbais do português arcaico, pois o morfema de plural de algumas formas verbais daquele tempo se manifestava como o *-ru*.

É interessante pontuar que verificamos que os falantes oscilam a perda de nasalização nos verbos, ou seja, não é a todo momento que, em conversas informais, os falantes irão desnasalizar os verbos, pois essa variação da língua ainda ocorre com pouca frequência nos falantes.

Observamos, ainda, que esse fenômeno linguístico ocorre sem que o ambiente fonológico da palavra interfira, pois os sujeitos oscilam na nasalização de formas verbais e não há um fator fonético que determine a presença disso. Porém, concluímos que os sujeitos têm o conhecimento morfológico de que algumas formas verbais, ao serem desnasalizadas, não perdem sua forma de plural (verbos no pretérito perfeito do indicativo), e outras (os demais tempos verbais analisados) perdem, mas aparecem com o sujeito explícito e no plural para determinar o número de sujeitos referidos no ato da comunicação. Assim, nossa pesquisa contribui para os estudos sobre economia linguística, uma vez que, a partir de nossos dados, verificamos que os falantes utilizam conhecimentos inatos sobre a língua para simplificarem as palavras a fim de que seja produzido um menor esforço, mas que, ainda assim, a comunicação seja estabelecida.

A partir de nossas observações, vemos que as variações são inerentes a todas as línguas e a qualquer indivíduo, e não podemos desconsiderar a realidade fonética da língua vernácula dos falantes do PB. Sabemos que as variações que ocorrem podem gerar uma possível mudança na língua, a exemplo dos metaplasmos, mas não somos capazes de afirmar que a desnasalização que se realiza hoje causará uma mudança na língua, pois apenas ao longo do tempo que teremos essa comprovação. Essa alteração fonética, que também ocorreu no português antigo, contribui para individualizar, cada vez mais, a fala popular do português brasileiro que se destaca por suas particularidades.

Nossa pesquisa contribui, também, para que novas perspectivas sobre a concordância de número na língua portuguesa sejam incorporadas aos estudos funcionais da língua, pois na fala vernácula dos indivíduos não é necessário que as formas verbais estejam no plural para concordarem com os sujeitos, pois, ainda que isso não ocorra, há entendimento dos falantes no ato de interlocução.

As variações da língua costumam ser bastante estigmatizadas, por alguns sujeitos considerarem que as pessoas que não seguem o prescrito como correto estão falando “errado”. Entretanto, se as pessoas passarem a ter conhecimento da história da língua poderão compreender os fatores que contribuíram para a formação da língua portuguesa e reconhecerem que as variações atuais podem constituir as mudanças amanhã.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**. São Paulo: Atlas, 1995.
- ARAÚJO, Ruy Magalhães de. **Metaplasmos: um paralelo diacrônico e sincrônico**. In.: *Anais do II CLUERJ-SG, congresso de letras da UERJ – São Gonçalo*, 2005.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha: 2011.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CABO, Jose António Souto (org). Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII. **Revista galega de filoloxía**. n. 5, 2008. Formato PDF. Disponível em: < http://illa.udc.es/rgf/pdf/mon_5.pdf > Acesso em: 28/07/2013
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Algumas reflexões sobre o início da ortografia da língua portuguesa**. 1994. Formato PDF. Disponível em: < <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/download/1642/1216> > Acesso em: 19/08/2013
- CAMBETA, Antonio Manuel Fontes. **Saiba como nasceu Portugal**. 2011. Disponível em: <<http://cambetabangkokmacau.blogspot.com.br/2011/01/saiba-como-nasceu-portugal.html>> Acesso em 20/03/2013
- CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. 1. ed. – São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. O português do Brasil. In: ILARI, R., **Linguística Românica**, São Paulo: Ática, 1985, p. 235-269.
- COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 7.ed. ver. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- ELIA, Sílvio. **Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- FARIA, Ernesto. **Fonética Histórica do Latim**. Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1970.
- HORA, Dermeval da; ESPÍNOLA, Sandra. O paralelismo linguístico e sua atuação no processo variável da concordância verbo-sujeito. In: **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA. Revista da ABRALIN**. Brasília: Abralín, 2004, p. 217-241.
- ILARI, Rodolfo e BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos e falamos**. São Paulo: Contexto, 2011.

- NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria Marta P. **Garimpo das origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1997.
- PAIVA, Dulce de Faria. A Língua Literária no Século XV. In: SPINA, Segismundo. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008, p. 148-200.
- PINTO, Edith Pimentel. A Língua Literária do Século XX. In: SPINA, Segismundo. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008, p. 518-528.
- PONTES, Eunice. **Estrutura do verbo no português coloquial**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 26. ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.
- SCHERRE, Maria Marta P.. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1977.
- _____. **História da língua portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença: 1988.
- SILVEIRA BUENO, Francisco da. **A formação histórica da língua portuguesa**. 3. ed. - São Paulo: Saraiva, 1967.
- SPINA, Segismundo. Uma disciplina da Língua Portuguesa: As Primeiras Gramáticas. In: _____. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. p. 287-293.
- STRAUSS, Anselm e CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.
- TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- VASCONCELLOS, J. Leite de. **Textos Archaicos**. Lisboa: Livraria Classica Editora, 1907.